



Processo SEA 00003010/2025

Dados da Autuação

Autuado em: 19/02/2025 às 16:10

Setor origem: SEA/COJUR - Consultoria Jurídica

Setor de competência: SEA/DGLC - Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos

Interessado: PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Classe: Ofício sobre Cumprimento de Decisão Judicial

Assunto: Cumprimento de Decisão Judicial

Detalhamento: 2025.01.012858

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE PONTE
SERRADA/SC**

SIG n. 08.2024.00487998-2

Requerente: Ministério Público do Estado de Santa Catarina

Requeridas: Editora N.X.T Challenger Ltda, Editora Projeto Cultural Ltda, Grupo Projetos Editoriais Universitários Ltda e Librinke Distribuidora de Materiais Didáticos Ltda

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA**, por seu Promotor de Justiça signatário, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, nos termos dos arts. 127 e 129, inciso III da Constituição Federal; art. 93 da Constituição Estadual, art. 1º, inciso VIII, e art. 5º, inciso I, da Lei Federal 7.347/1985; art. 25, IV, “a” e “b” da Lei Federal 8.625/1993; art. 90, inciso VI, “b”, “d”, da Lei Complementar Estadual n. 738/2019, Lei Federal 12.846/2013, e com base nos elementos de prova colhidos no Inquérito Civil n. 06.2021.00001495-0 propõe a presente

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR ATO LESIVO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, COM
REQUERIMENTO LIMINAR**

Em face de **EDITORA PROJETO CULTURAL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ n. 10.946.774/0001-63, com endereço na Rua Major Costa, n. 435, Centro, Florianópolis/SC, endereço eletrônico: projeto_cultural@hotmail.com, telefone (48) 3304-8752, representada por seu sócio-administrador Antonio Jorge Arriera da Silva, brasileiro, empresário, portador do CPF n. 302.415.530-91;

EDITORA N.X.T. CHALLENGER LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ n. 10.734.571/0001-03, com endereço na Rua Felipe Neves, n. 933, Bairro Jardim Atlântico, Florianópolis/SC, endereço eletrônico: nxt.financeiro@gmail.com, representada por seu sócio-administrador, Nasser Jorge Nunes Cabral, brasileiro, empresário, portador do CPF n. 274.118.180-20;

GRUPO PROJETOS EDITORIAS UNIVERSITÁRIOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 18.401.371/0001-40, situada na Rua Desembargador Motta, n. 1499, conj 502, andar 5, Bairro Batel, Curitiba/PR, endereço eletrônico: cesar@grupogpe.com.br, representada por seu sócio-administrador César Henrique de Oliveira brasileiro, empresário, portador do CPF n. 015.758.519-03;

LIBRINKE DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS DIDÁTICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ n. 10.385.994/0001-65, situada na Rua Felipe Neves, n. 933, Bairro Jardim Atlântico, Florianópolis/SC, endereço eletrônico: librinke@hotmail.com, representada por seu sócio-administrador, Nasser Jorge Nunes Cabral, brasileiro, empresário, portador do CPF n. 274.118.180-20;

pelos seguintes fatos e fundamentos que seguem:

1. OBJETIVO DA AÇÃO

A presente ação civil pública tem o objetivo de alcançar provimento jurisdicional que declare que as condutas das demandadas no Município de Passos Maia configuraram atos lesivos à administração pública municipal, por fraudarem, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público e a própria licitação, nos termos do art. 5, inciso IV, alíneas "a" e "d" da Lei n. 12.846/2013 e, em consequência, responsabilize civilmente as pessoas jurídicas envolvidas, de forma objetiva, aplicando-se a eles as sanções dos artigos 6º e 19 da Lei n. 12.846/2013, também chamada de Lei Anticorrupção.

2. COMPETÊNCIA DO JUÍZO

A Lei Federal n. 7.347/85, Lei da Ação Civil Pública, por aplicação à Lei Anticorrupção, por força do art. 21 da Lei 12.846/13, estabeleceu como critério para fixação da competência, em sede de ação civil pública, o foro do local onde ocorrer o dano (artigo 2º), trata-se de regra de competência territorial absoluta.

O dano, no presente caso, ocorreu no município de Passos Maia, motivo pelo qual o Juízo competente para o julgamento da ação é o da Comarca de Ponte Serrada/SC.

3. LEGITIMIDADE ATIVA E PASSIVA

A legitimação do Ministério Público decorre do disposto nos artigos 127 e 129, *caput*, da CRFB, artigo 25, IV, alíneas 'a' e 'b', da Lei 8.625/93, Lei Complementar Estadual n. 197, de 13 de julho de 2000 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Santa Catarina) em seu artigo 82, inc. VI, alíneas "d" "e" e Lei n. 7.347/1985, em seu artigo 5º, inciso I e, por fim, por previsão do disposto no art. 19 da Lei 12.846/13.

Já a legitimidade passiva, decorre do disposto no art. 1º da Lei Anticorrupção que estabelece sua aplicação para responsabilização de *"pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira"* e o parágrafo único dispõe a aplicação às *"sociedades empresárias e às sociedades simples, personificadas ou não, independentemente da forma de organização ou modelo societário adotado [...]"*.

No caso em questão, as empresas incluídas no polo passivo assim foram porque praticaram atos ilegais objetivando o benefício das empresas **Editora N.X.T Challenger** e **Editora Projeto Cultural**, pois previamente ajustadas frustraram o caráter competitivo do pregão realizado no Município de Passos Maia, ocasionando prejuízo à administração pública pela concorrência simulada, o que deu margem a ocorrência de superfaturamento das propostas.

4. FATOS

O Inquérito Civil n. 06.2021.00001495-0 foi instaurado para apurar o sobrepreço na aquisição de produtos por meio do Convênio n. 2016TR002466, firmado com as extintas agências de desenvolvimento regional no Município de Passos Maia

O procedimento teve início em razão do encaminhamento da Informação CGE n. 0157/2020 (fls. 318-350 e 1384-1393) qual recomendou a adoção de providências administrativas para ressarcimento ao erário em razão da identificação de sobrepreço em aquisições realizadas por diversos municípios com recursos oriundos de convênios celebrados com as extintas de Estado de Desenvolvimento Regional, destinados à aquisição de livros para atender à rede pública municipal de ensino (processo CGE 705/2020).

Na mesma informação a CGE/SC, analisando 13 (treze) convênios semelhantes, constatou uma concentração de contratos nas empresas **Editora NXT Challenger Ltda.** (45,94%), **Editora Divulgação Cultural Ltda.** (27,16%), **Projeto Cultural Ltda. ME** (9,95%), **Grupo Projetos Editoriais Universitário** (5,83%), **Librinke Distribuidora de Materiais Didáticos Ltda.** (4,40%), Rsul Eireli (3,42%) e outros fornecedores (3,30%), de modo que a Editora NXT Challenger Ltda. celebrou contrato em 11 (onze) e a Projeto Cultural Ltda. em 9 (nove), para além de ambas estarem presentes, concomitantemente, em 8 (oito) certames em que suas propostas se sagraram vencedoras.



Ainda, observaram que as empresas Editora N.X.T Challenger, Editora Projeto Cultural, Grupo Projetos Editorias e Librinke Distribuidora (apesar

das duas últimas não terem vencido a licitação, apresentaram orçamentos para simular concorrência), possuem parceria de longa data voltada a fraudes em processos licitatórios, realizando uma combinação prévia para "lotear" as licitações dos livros de literatura infantil, didáticos e pedagógicos entre poucas empresas, todas do esquema criminoso, em clara ofensa aos princípios que regem as aquisições na esfera pública.

Referida informação indicou que no Município de Passos Maia foi observado sobrepreço na aquisição do material "Coleção Dida Vision 1" no valor de R\$ 17.988,00 (sete mil novecentos e oitenta e oito reais), que será destacado em tópico adiante. Mas agora, passa-se a análise da ocorrência de fraude no Procedimento Licitatório n. 70/2016, Pregão Presencial n. 41/2016.

Entre o dia 21 de outubro e o dia 14 de dezembro de 2016, no município de Passos Maia, as empresas requeridas, por meio de seus sócios e/ou procuradores, **Nasser Jorge Nunes Cabral, César Henrique de Oliveira, Antonio Jorge Arriera da Silva e Paloma da Silva Freitas** frustraram, mediante prévio ajuste e outros expedientes, o caráter competitivo do Procedimento Licitatório n. 70/2016 - Pregão Presencial n. 41/2016, sobretudo ao promoverem a inclusão, no Edital, mediante atos materiais praticados por servidor público municipal, de cláusulas limitadoras de competitividade com o intuito de obter vantagem decorrente da adjudicação do objeto licitado às pessoas jurídicas por Nasser e César escolhidas, *in casu*, a Projeto Cultural e a Editora N.X.T.

Depreende-se dos documentos angariados durante as investigações, que o Município de Passos Maia lançou no ano de 2016 o Processo Licitatório n. 0070/2016, Pregão Presencial n. 0041/2016, para registro de preços de materiais pedagógicos, com orçamento proveniente do Convênio n. 2016TR002466, firmado com o Estado de Santa Catarina. A solicitação de abertura de licitação foi realizada por Ivânia Dall Orsoletta, Secretária de Educação à época dos fatos (fls. 386-394) e o processo foi presidido por Edson Salvadego, pregoeiro (fl. 528).

Para elaboração do citado edital de licitação, foram recebidos

orçamentos das empresas **Librinke Distribuidora de Materiais Didáticos Ltda** (fls. 409-440), **Grupo Projetos Editoriais Universitário** (fls. 441-451) e **Clássica Cultural Comércio de Livros Ltda. EPP** (fls. 452-455). Ocorre, que tais orçamentos apresentados pelas empresas antes do lançamento do processo licitatório eram fraudados, e possuíam como intuito induzir, erroneamente, o poder público a acreditar que seria possível a concorrência, bem como definir o valor de referência do edital licitatório (fls. 3043-3056, 3066-3068).

O Relatório de Análise de Evidências Digitais n. 08/2021 descreve que em pen-drive apreendido na mesa do funcionário da empresa N.X.T Challenger, Sr. Carlos Roberto Gonçalves de Freitas Júnior, foram observadas pastas em nome das empresas que deveriam ser concorrentes, as quais continham modelos de documentos, para confecção de propostas de licitações (fls. 3247-3250).

Aberta a licitação, foram recebidas propostas de preço e apresentação de documentação das empresas **EDITORA PROJETO CULTURAL LTDA** (fls. 1103-1111) e **EDITORA N.X.T CHALLENGER LTDA** (fls. 1092-1101), as quais, inclusive, apresentaram declarações de corresponsabilidade com editoras (fls. 561,562, 564, 565, 576), conforme exemplo abaixo:

EDITORA DIVULGAÇÃO CULTURAL LTDA, empresa devidamente constituída na Junta comercial no Estado do Paraná, sob o registro de nº 4120445/002, com sede na Rua Buenos Aires, 1285, Água Verde, Curitiba/Pr, CEP: 80250-070, inscrita no CNPJ nº 04.126.111/0001-39 e Inscrição Estadual nº 90222772-59, declara para os devidos fins que a empresa, **EDITORA N.X.T CHALLENGER LTDA**, com sede a rua DR. Heitor Blum, 310, sala 1002- Centro Empresarial Vitoria Office, Estreito - Florianópolis - SC, inscrita no CNPJ 10.734.571/0001-03, está autorizada a fornecer as obras abaixo citadas, para o Pregão presencial nº 0041/2016, processo licitatório 0070/2016 Prefeitura Municipal de Passos Maia - Santa Catarina, estando portanto em pleno exercício de seus direitos.

Declaramos para os devidos fins, que nos co-responsabilizamos a fornecer os materiais de acordo com as especificações e quantitativos solicitados no edital acima citado, caso a empresa **EDITORA N.X.T CHALLENGER LTDA** seja vencedora dos itens 3,4,5,11,12,13 e 14, do referido pregão presencial.

Declaramos ainda que a EDITORA DIVULGAÇÃO CULTURAL LTDA, é detentora dos direitos autorais das referidas obras e temos capacidade técnica para realizar tal fornecimento.

ITEM	Título	ISBN	Autor
03	COLEÇÃO BABY ZOO	978-85-64970-43-4	PEDRO BANDEIRA
04	COLEÇÃO FÁBULAS PARA REINICIAR	978-85-64970-56-4	PEDRO BANDEIRA
06	COLEÇÃO OIDA VISION I	O Corpo Humano (08 Páginas) ISBN 978-84-96557-40-6 O Universo (08 Páginas) ISBN: 978-84-96557-38-3 Fenômenos da Natureza (08 Páginas) ISBN: 978-84-96557-39-0	DIVERSOS
11	COLEÇÃO QUE DROGA ESSA DROGA! Perigos Viciados e Invisíveis	Livro do Aluno ISBN 978-85-64970-52-3 Livro do Pais ISBN 978-85-64970-61-6 Livro do Professor ISBN 978-85-64970-63-0	Mario Ernesto Bello Junior
12	LIVRO OBESIDADE INFANTIL	Livro do Aluno ISBN 978-85-64970-55-7 Livro do Pais ISBN 978-85-64970-63-3 Livro do Professor ISBN 978-85-64970-64-0	Dra. Ana Dâmaso

Rua Buenos Aires, 1285 - Fone/Fax: 60641 3330-8497
CEP 80250-070 - Água Verde - Curitiba - Paraná
CNPJ: 04.126.111/0001-39 - Inscr. Est.: 902.22772-59

Assim, como resultado da licitação, ambas as empresas foram

vencedoras em itens diversos, sendo expedido o respectivo Termo de Adjudicação (fls. 1126):

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - PREFEITURA

CNPJ: 95.982.085/0001-62
AV. PADRE JOÃO BOTERO, 485
C.E.P.: 89687-000 - Passos Maia - SC

Comissão Permanente de Licitação
Nº 288
Passos Maia - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 41/2016 - PR

Processo Administrativo: 70/2016
Processo de Licitação: 70/2016
Data do Processo: 22/11/2016

Folha: 1/1

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, IVANDRE SOCALON, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face dos princípios ordenados através da Lei nº 0.005/93 e alterações posteriores, vota o parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: 70/2016
b) Licitação Nr.: 41/2016-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 13/12/2016
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação: A presente licitação tem por objeto o registro de preço para aquisição de material pedagógico, conforme quantidades e descrição contidas no Anexo I do Edital.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Qtd de Itens	Média Única (%)	(em Reais R\$)
			Total dos Itens
003989 - EDITORA N.X.T. CHALLENGER LTDA	13	0.0000	387.679,30
003588 - PROJETO CULTURAL LTDA - ME	1	0.0000	43.020,00
	14		430.699,30

No pregão em questão somente participaram, e venceram, duas das empresas que fazem parte do grupo criminoso, sendo que a **Editora N.X.T** apresentou proposta de R\$ 430.789,30, subscrita por Paloma da Silva Freitas, e adjudicou itens que totalizaram R\$ 387.679,30; e a **Editora Projeto Cultural** apresentou proposta de R\$ 431.335,51, subscrita por Antonio Jorge Arriera da Silva, e adjudicou itens que totalizaram R\$ 43.020,00.

E, no caso desta licitação, verifica-se que a Editora N.X.T adjudicou todos os livros da marca Editora Divulgação Cultural, Editora Expressão e Editora Ciranda Cultural, enquanto a Projeto Cultural adjudicou todos os livros da marca Vale das Letras, o que demonstra que não houve concorrência pelos prévios acordos feitos entre as empresas e seus sócios.

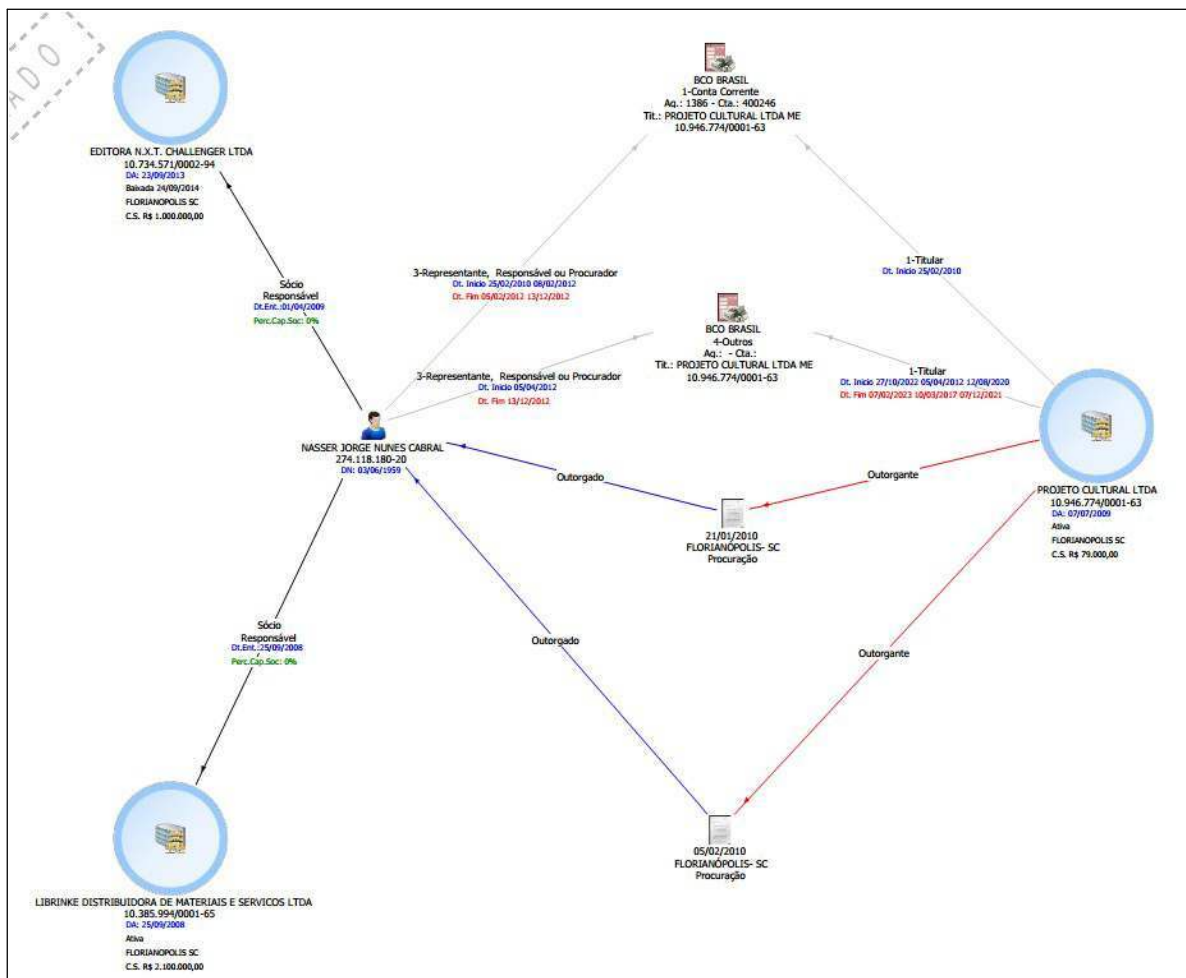
Desta forma, firmou-se a Ata de Registro de Preços n. 0050/2016 com a empresa EDITORA N.X.T CHALLENGER LTDA. para fornecimento dos materiais (fls. 1128-1134) e a Ata de Registro de Preços n. 0051/2016, com a empresa PROJETO CULTURAL LTDA. (fls. 1145-1151).

É possível observar que os orçamentos prévios do pregão foram

elaborados por empresas diversas daquelas que se sagraram vencedoras, com o único objetivo de confundir o poder público, fazendo acreditar que haveria **concorrência**, quando **na verdade esta nunca existiu**.

Explica-se. O Relatório de Análise de Vínculos, parentesco e de relacionamentos entre as empresas participantes encaminhado pelo CAT/SDE indicou que a empresa **Editora NXT Challenger Ltda** (CNPJ n. 10.734.571/0002-94) e a empresa **Librinke Distribuidora de Materiais Didáticos Ltda.** (CNPJ n. 10.385.994/0001-65) possuem como sócio responsável o Sr. Nasser Jorge Nunes Cabral, que também possui procuração em face da empresa **Projeto Cultural Ltda** (CNPJ n. 10.946.774/0001-63), conforme se extrai dos relatórios apresentados pelo CAT (fls. 1277 e 1318):

10.385.994/0002-46	SC	LIBRINKE DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS E	25/09/2008	Sócio	Socio-Administrador	274.118.180-20	NASSER JORGE NUNES CABRAL
				Respon...	Socio-Administrador	274.118.180-20	NASSER JORGE NUNES CABRAL
			Total				
10.734.571/0001-03	SC	EDITORAN.X.T. CHALLENGER LTDA	01/04/2009	Sócio	Socio-Administrador	274.118.180-20	NASSER JORGE NUNES CABRAL
				Contador	Contador PF	611.849.779-68	ALEXANDRE JOSE GARCEZ
				Contador	Contador PJ	06.370.859/00...	GARCEZ CONTABILIDADE E APOIO ADMINISTR...
				Respon...	Socio-Administrador	274.118.180-20	NASSER JORGE NUNES CABRAL
			Total				



Sobre fatos semelhantes a 10ª Promotoria de Justiça da Comarca de Chapecó realizou o compartilhamento de provas do Procedimento Investigatório Criminal n. 06.2018.00001648-4 e da Cautelar Criminal n. 0900502-84.2018.8.24.0018, em que foi apurada a prática de crimes de fraude em licitação, sendo ajuizada a ação penal n. 5019027-44.2024.8.24.0018 em face dos representantes das empresas Editora N.X.T Challenger, Projeto Cultural Ltda, Editora Divulgação Cultural Ltda, Librinke Distribuidora de Materiais Didáticos, Grupo Projetos Editoriais Universitários Ltda, entre outras, e de servidores públicos, de diversos municípios da região, sendo denunciado, inclusive, os fatos envolvendo o Município de Passos Maia.

Dos documentos colacionados por aquela Promotoria de Justiça, foi ratificada a informação de que as empresas requeridas arquitetavam esquema

com o intuito de sagrarem-se vencedoras em licitações voltadas à aquisição de livros, materiais didáticos e objetos afins à área da educação, assim fraudando a concorrência de processos licitatórios, como se verá adiante.

4.1 Das empresas envolvidas no esquema fraudulento

Destaca-se, a seguir, as empresas integrantes do grupo criminoso que estão envolvidas na fraude ocorrida no Município de Passos Maia, administradas de direito ou de fato, por NASSER JORGE NUNES CABRAL, CÉSAR HENRIQUE DE OLIVEIRA e ANTONIO JORGE ARRIERA DA SILVA, já denunciados pela 10ª PJ da Comarca de Chapecó/SC (fls. 4105-4256).

- **Editora N.X.T. Challenger Ltda**, CNPJ n. 10.734.571/0001-03, atualmente pertence unicamente a Nasser Jorge Nunes Cabral, mas que tem César Henrique de Oliveira como sócio oculto. A N.X.T. já teve como sócios Thalyne Nadja Dittert Cabral (filha de Nasser), Haydee Dittert Nunes Cabral (esposa de Nasser), Thalyta Indja Dittert Cabral (filha de Nasser), Alexandre José Garcez (contador de Nasser) e Mayne Hoffmann da Silva Marques (funcionária de Nasser);

- **Librinke Distribuidora De Materiais Didáticos Eireli**, CNPJ n. 10.385.994/0001-65, atualmente pertence unicamente a Nasser Jorge Nunes Cabral e já teve como sócias Thalyne Nadja Dittert Cabral e Leslye Karoll Dittert Cabral (filhas de Nasser), mas sempre administrada por Nasser;

- **Projeto Cultural Ltda. – Me**, CNPJ n. 10.946.774/0001-63, atualmente pertence a Antonio Jorge Arriera da Silva e Pedro Caetano Muller e já teve como sócios Nasser Jorge Nunes Cabral e Mirela Isabel Carpes. Também foram identificadas procurações da Projeto Cultural Ltda. para Nasser (fl. 1039 do PIC), e a manipulação de documentos relacionados a esta empresa por Nasser e seus funcionários;

- **Grupo Projetos Editoriais Universitários Ltda. – GPE**, CNPJ 18.401.371/0001-40, que atualmente pertence a César Henrique de Oliveira e Andreia do Rocio Mayerle de Oliveira (esposa de César) e já teve como sócios

Erivaldo Costa de Oliveira (pai de César), Paulo Henrique Conforto e Luciano da Silva Florencio. A empresa também contava com o envolvimento de Nasser;

- Editora Divulgação Cultural Ltda, CNPJ n. 04.128.111/0001-39, atualmente pertence a César Henrique de Oliveira e a Erivaldo Costa de Oliveira (pai de César) e já teve como sócia Andreia do Rocio Mayerle de Oliveira (esposa de César), mas administrada também por Nasser;

- Publiciti Distribuidora Ltda., CNPJ 01.098.455/0001-54, que atualmente pertence unicamente a Nasser Jorge Nunes Cabral, e já teve como sócias Thalyta Indja Dittert Cabral (filha de Nasser) Mayne Hoffmann da Silva Marques (funcionária de Nasser) e Haydee Dittert Nunes Cabral (esposa de Nasser). Inclusive, na época em que a empresa não pertencia formalmente a Nasser, havia procuração em seu favor;

- Maravilha Comércio de Livros Ltda., CNPJ 77.953.800/0001-51, que sempre teve como sócios Erivaldo Costa de Oliveira e Rose Meire Lorencato de Oliveira (pais de César Henrique), mas administrada também por este (César);

Entretanto, as três últimas empresas citadas não figuram dentre as requeridas da presente ação, pois não foram obtidos elementos indicando o envolvimento delas nas licitações ocorridas no Município de Passos Maia.

5. CONLUIO ENTRE AS EMPRESAS REQUERIDAS – PESSOAS JURÍDICAS QUE NA VERDADE ATUAM COMO LARANJAS – GRUPO ÚNICO COM ADMINISTRAÇÃO CENTRALIZADA

As investigações realizadas por esta Promotoria de Justiça, pela 10ª Promotoria de Justiça da Comarca de Chapecó e pela Corregedoria-Geral do Estado de Santa Catarina, concluíram que as empresas requeridas, em conjunto, arquitetaram um esquema com o intuito de sagrarem-se vencedores em licitações voltadas à aquisição de livros, materiais didáticos e objetos afins à área da educação, assim fraudando a concorrência de processos licitatórios.

Inicialmente, importante realizar alguns apontamentos a respeito dos vínculos entre as empresas e seus proprietários:

i) **NASSER JORGE NUNES CABRAL**¹ atualmente, figura, legalmente, como único sócio das empresas **EDITORA N.X.T. CHALLENGER LTDA.** e Publiciti Distribuidora Ltda., além de ser o titular da empresa **LIBRINKE DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS DIDÁTICOS EIRELI EPP.**

Além de administrar as empresas em que figura como sócio/titular (o que, pelas informações colhidas, se deu desde a constituição das empresas), também atua e já atuou, comprovadamente, na administração da Editora Divulgação Cultural², e foi procurador da **PROJETO CULTURAL LTDA.**, além de administrar outras empresas em nome de terceiros. Além disso, Nasser Jorge Nunes Cabral retirou-se da sociedade contratual da empresa PROJETO CULTURAL LTDA. ME, no ano de 2011;

ii) **CÉSAR HENRIQUE DE OLIVEIRA**³ atualmente é sócio das empresas Editora Divulgação Cultural, **GRUPO PROJETOS EDITORIAIS UNIVERSITÁRIOS LTDA. – GPE**, Gradux Livros e Cobranças e Dudiquex Administração de Bens, e **sócio oculto da NXT CHALLENGER LTDA.**

César atua na administração das empresas em que figura como sócio, assim como também atua na administração das empresas que pertencem ao seu pai, Erivaldo Costa de Oliveira. Ademais, também atua, conjuntamente com Nasser, na organização do esquema de reserva de mercado, bem como na definição a respeito de quais empresas por eles administradas participarão e vencerão as licitações.

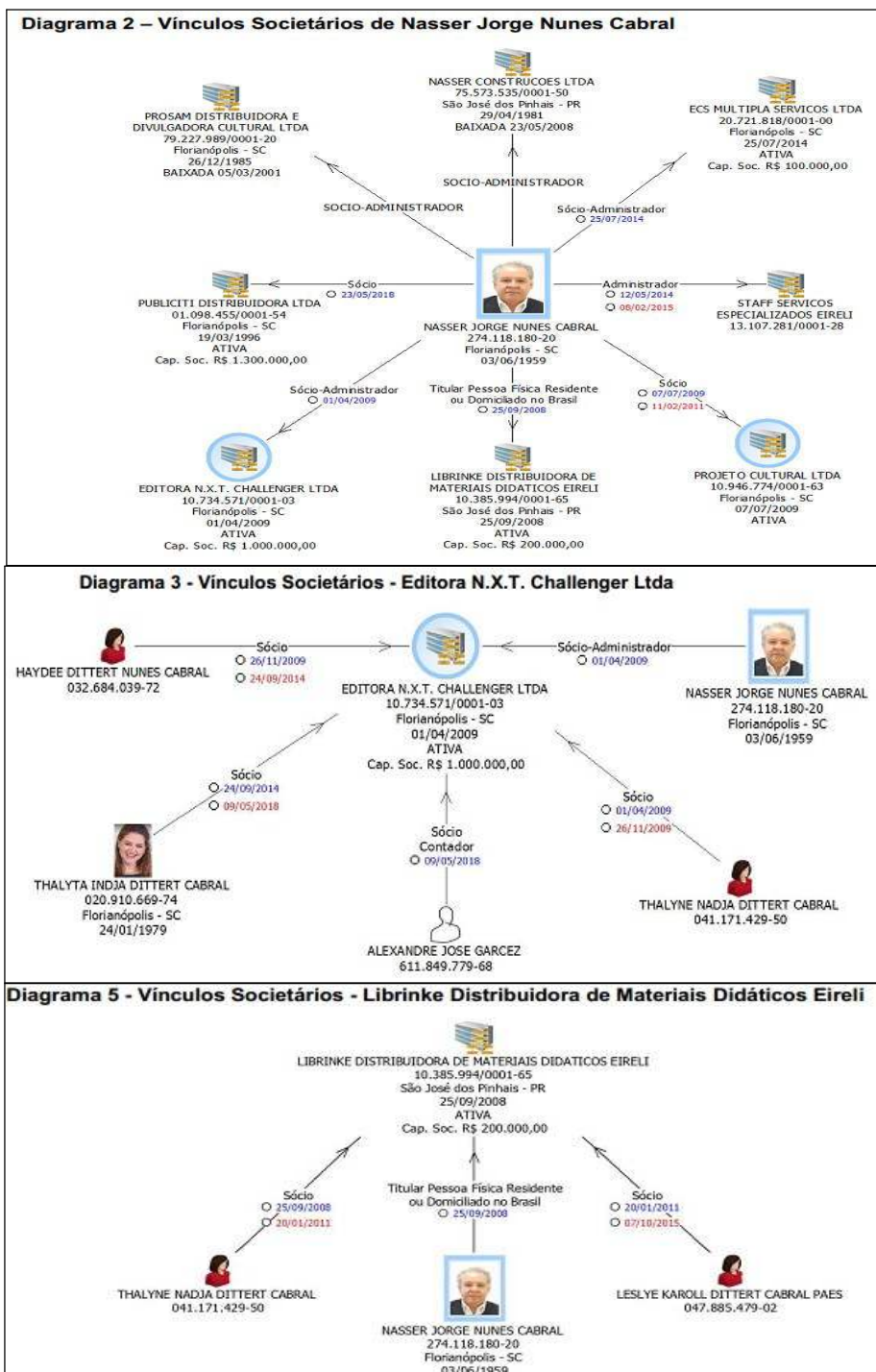
iii) **ERIVALDO COSTA DE OLIVEIRA**, pai de César Henrique de Oliveira, atualmente, é sócio e administrador das empresas Editora Divulgação Cultural Ltda., Maravilha Comércio de Livros Ltda. e Formar Administração de Bens Ltda.

¹ Casado com Haydee Dittert Nunes Cabral e pai de Thalyta Indja Dittert Cabral, Rhyann Nasser Dittert Cabral, Thalyne Nadja Dittert Cabral e Leslye Karoll Dittert Cabral.

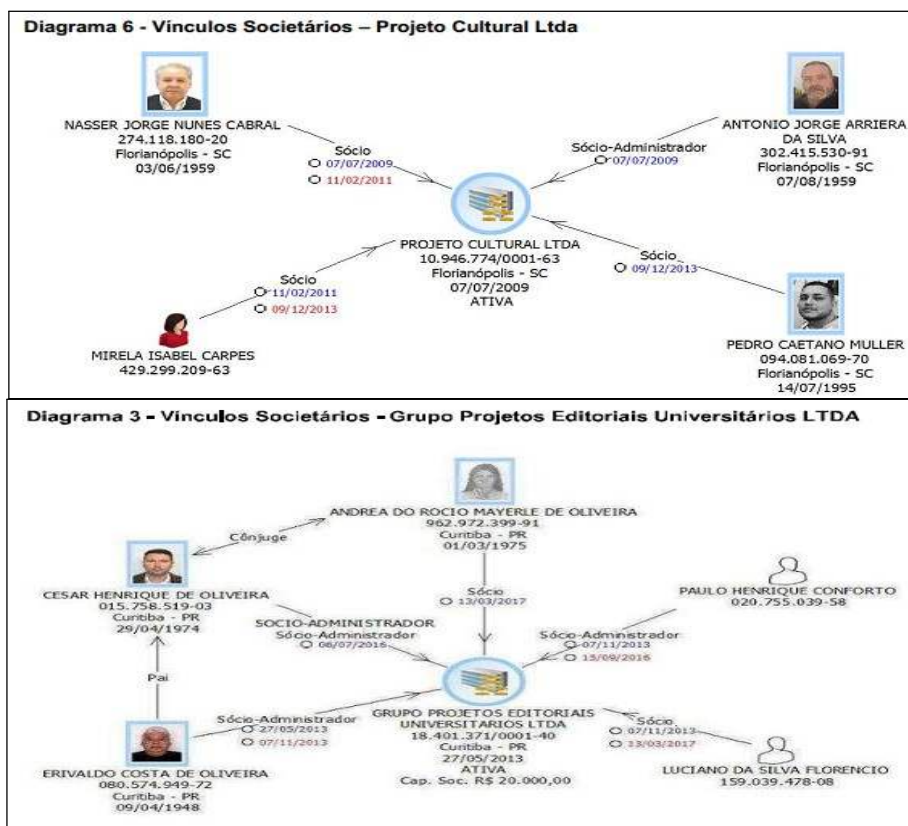
² Acerca disto, registra-se que Nasser aparece dentre os "sócios-gerentes" no Currículo da Editora Divulgação Cultural, com indicação de ser o "diretor comercial" (fl. 2062 do PIC). Também há, anexo ao currículo, documento que indica que algumas parceiras do grupo Editora Divulgação Cultural são Maravilha Comércio de Livros Ltda, N.X.T. Challenger Comércio e Representações Ltda, Cultural Curitiba Comércio de Materiais Didáticos Ltda e Librinke Distribuidora de Materiais Didáticos Ltda (fl. 2063 do PIC).

³ Casado com Andrea do Rocio Mayerle de Oliveira e filho de Erivaldo Costa de Oliveira e de Rose Meire Lorencato de Oliveira.

Abaixo, podemos verificar os vínculos existentes entre as empresas e seus sócios, extraídos dos relatórios apresentados pelo GAECO e pelo CAT (fls. 1825-1827, 1830, 1833)⁴:



⁴ Relatório de Análise de Vínculos n. 2/2018 e Relatório de Análise de Vínculos n. 01/2018.



Com os diagramas acima é possível afirmar que as empresas **EDITORA PROJETO CULTURAL LTDA**, **EDITORA N.X.T. CHALLENGER LTDA**, **LIBRINKE DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS DIDÁTICOS LTDA** e **GRUPO PROJETOS EDITORIAIS UNIVERSITÁRIOS LTDA. – GPE** são/foram dirigidas, em sua maioria, por Nasser Jorge Nunes Cabral e Cesar Henrique de Oliveira, o que demonstra que foram constituídas várias empresas, que atuam de forma conjunta, a fim de garantir o máximo proveito nas fraudes aplicadas pelo grupo criminoso.⁵

Inclusive, a dinâmica de atuação é a seguinte: (i) a Editora Divulgação Cultural, firmava contratos de exclusividade sobre obras e autores determinados⁶; (ii) para controlar o esquema das fraudes a licitações, César e Nasser, proprietários das empresas requeridas, impuseram um sistema de cartel

⁵ Relatório de Informação n. 04/2019 fls. 2124-2138, 2168-2171, 2172, 2265-2279.

⁶ A título de exemplo, indica-se a carta de exclusividade de vendas feita pela Editora Divulgação Cultural (concedente), à NXT Challenger Comércio e Representações (concessionária) (fls. 562-563). E, quanto a obras e autores, por exemplo, os contratos encontrados em notebook do grupo criminoso (RAED 05/2020 – fls. 3018-3020, 3036-3038).

no qual controlavam diversas empresas e vendedores por meio da reserva de mercado, sendo eles os responsáveis por definir em quais licitações as empresas "parceiras" poderiam participar, inclusive firmando contratos⁷ estabelecendo penalidades caso atuassem em descumprimento aos locais acordados; (iii) previamente às licitações, ao que tudo indica por meio de acertos políticos e com agentes públicos, ou mesmo por meio da apresentação dos materiais já com a cláusula restritiva a ser incluída e convencimento de funcionários (embora não tenha sido logrado êxito em identificar tais pessoas), faziam constar nos editais as obras específicas dos autores dos quais o grupo detinha os direitos autorais⁸, e faziam incluir nos editais a exigência de declaração ou carta de corresponsabilidade emitida pela editora detentora dos direitos autorais, que as fornecia apenas àquelas empresas que lhe interessavam⁹; (iv) para fins de aparentar licitude, as empresas do grupo criminoso participavam como supostos "concorrentes" nas licitações (tanto na fase interna, de orçamentos, quanto na fase externa, de propostas); (v) ao final, faziam os acertos financeiros, entre eles e suas empresas, relacionados às licitações vencidas.

Da mídia apreendida durante o cumprimento de mandados de busca e apreensão, foram extraídos dados relevantes. Localizaram-se diversas pastas nomeadas como "NXT", "LIBRINKE", "PROJETO CULTURAL", sendo esta última a que mais chamou a atenção, pois nela havia subpastas com diversos arquivos relacionados a empresa Projeto Cultural Ltda., apesar da mídia estar armazenada em *pen drive*, localizado na mesa de Carlos Roberto Gonçalves de Freitas Júnior, na sede das empresas Editora N.X.T Challenger Ltda e Librinke

⁷ Constatou-se que os denunciados firmavam "contratos de prestação de serviços", nos quais estipulava-se que os contratados só poderiam comercializar os produtos em locais determinados e autorizados pela contratante (Editora Divulgação Cultural), sob previsão de penas contratuais em caso de descumprimento (fls. 2602-2606 do PIC).

⁸ A evidência de conluio das empresas dos denunciados com agentes públicos é reforçada pelo fato de que diversos municípios de todo o Estado, sem estudo prévio ou consulta às unidades escolares, escolheram os mesmos títulos para compra, na mesma época, em aquisições mediante convênio firmado com o Estado, sempre títulos da editora componente do grupo criminoso (item 2.6 do Rel. Informação CGE n. 065/19, de auditoria da Controladoria-Geral do Estado – fls. 2764-2785). Sobre a atuação dos integrantes na montagem de editais, são ilustrativos os itens 2.14 e 2.15 do Rel. Análise de Evidências Digitais n. 04/2020 (fls. 2548 e ss). Ainda, foram encontrados diversos modelos de termos de referência editados a partir de notebook do grupo criminoso, evidenciando que este confeccionava parte dos documentos das licitações e os enviava ao órgão público para anexá-los ao edital (RAED n. 05/2020 – fls. 3014-3133).

⁹ Vide item 2.10 do Rel. Inf. 04/2019 (fls. 2255-2264). Também a esse respeito, por exemplo, os documentos intitulados "MODELO PARA TERMO DE REFERENCIA", que foram encontrados de Faxinal dos Guedes (RAED n. 18/2021 – fls. 3765-3800).

Distribuidora de Materiais Didáticos (que, na verdade, se tratava do mesmo endereço físico).¹⁰

Ou seja, confirma-se que a empresa Editora N.X.T tinha ligação expressa com a empresa Projeto Cultural, pois embora esta última não tenha mais Nasser Jorge Nunes Cabral (proprietário da primeira), como sócio, continua sendo administrada por ele, sempre participando em conjunto de licitações, a fim de fraudar os certames com uma concorrência de mercado falsa.

Ainda em análise dos dados contidos no computador apreendido na mesa utilizada pela funcionária Larissa Figueiro Subtil, na sede das empresas Editora N.X.T Challenger Ltda e Librinke Distribuidora de Materiais Didáticos, verificou-se a presença de arquivo nomeado como "DADOS EMPRESAS.Docx", o qual apresentava informações cadastrais das empresas: Publiciti Distribuidora Ltda; Librinke Distribuidora de Materiais Didáticos Eireli; Ação Distribuidora de Materiais Didáticos Eireli e da Projeto Cultural Ltda Me, seguido de uma coluna com orientações para o lançamento de dados e confecção de envelopes para participação nos certames. Veja-se¹¹:

PUBLICITI DISTRIBUIDORA LTDA EPP CNPJ: 01.098.433/0001-54 INSCRIÇÃO ESTADUAL: 253.262.135 NIRE: 42.2.0513055-5 BANCO ITAÚ (341) - AG 0730 - C/C 07356-6 BANCO BANRISUL (041) - AGÊNCIA 0515 - C/C 060019060-7 ENDEREÇO: Rua: Felipe Neves, 933 CEP: 88090-420 Bairro: Estreito - Florianópolis/SC TELEFONE: 48 3248-5414 - 3091-0744 - 3091-1506 48 9 9833-2387 48 9 9993-5129 E-MAILS: LARISSA: publicitipapelaria@gmail.com lota@publiciti.com.br librinke@hotmail.com MAYNE: contato@publiciti.com.br financeiro@publiciti.com.br financeiro@librinke@hotmail.com nxt.financeiro@gmail.com JUNIOR: vendas@publiciti.com.br NASSER JORGE NUNES CABRAL RG 2.228.598 CPE 254.118.188-29 NASCIMENTO: 03/06/1959	LIBRINKE DIST. DE MAT. DIDAT. EIRELI CNPJ: 10.385.994/0001-65 INSCRIÇÃO ESTADUAL: 260044695 NIRE: 42.6.0049371-4 BANCO CAXIA (104) - AG 0406 - C/C 4176-0 BANCO BANRISUL (041) - AG 0515 - C/C 062013150-0 ENDEREÇO: R. Felipe Neves, 933 - Térreo - CEP: 88090-420 - Estreito - Florianópolis/SC TELEFONE: 48 9 9986-3485 48 9 9993-5015 (cartão) E-MAIL: librinke@hotmail.com financeiro@librinke@hotmail.com	AÇÃO DIST. DE MAT. DIDÁTICOS EIRELI CNPJ: 32.541.521/0001-42 INSCRIÇÃO ESTADUAL: 260043524 NIRE: 42.6.0051090-0 BANCO ITAÚ (341) - AG 8668 - C/C 28094-9 ENDEREÇO: R. Major Costa, 435- Fundos - CEP: 88020-400 - Centro - Florianópolis/SC TELEFONE: 48 9 9546-2351 E-MAIL: acaodistribuidora@outlook.com acao.financeiro@outlook.com VALDIR CARPES NETO CPE: 119.447.028-79 NASCIMENTO: 25/02/2000	PROJETO CULTURAL LTDA ME CNPJ: 10.946.774/0001-63 INSCRIÇÃO ESTADUAL: 255939625 NIRE: 42.2.0433629-7 BANCO DO BRASIL (001) - AG 13862 - C/C 40024-6 ENDEREÇO: R. Major Costa, 435 - CEP: 88020-400 - Centro - Florianópolis/SC TELEFONE: 48 9 9168-7291 E-MAIL: projeto_cultural@hotmail.com ANTONIO JORGE ARRIERA DA SILVA CPE: 302.415.530-91 NASCIMENTO: 07/08/1959	DADOS CD AUTO COTAÇÃO: Entidade Responsável pelo Pregão; Número Pregão; Objeto da Licitação; Identificador. INFORMAÇÕES BETHA Validade da Proposta; Prazo de Pagamento; Prazo de Entrega; Local de Entrega; Dados Bancários; SEMPRE no envelope CREDENCIAMENTO: CARTA DE CREDENCIAMENTO; SIMPLIFICADA; CONTRATO
--	---	---	--	---

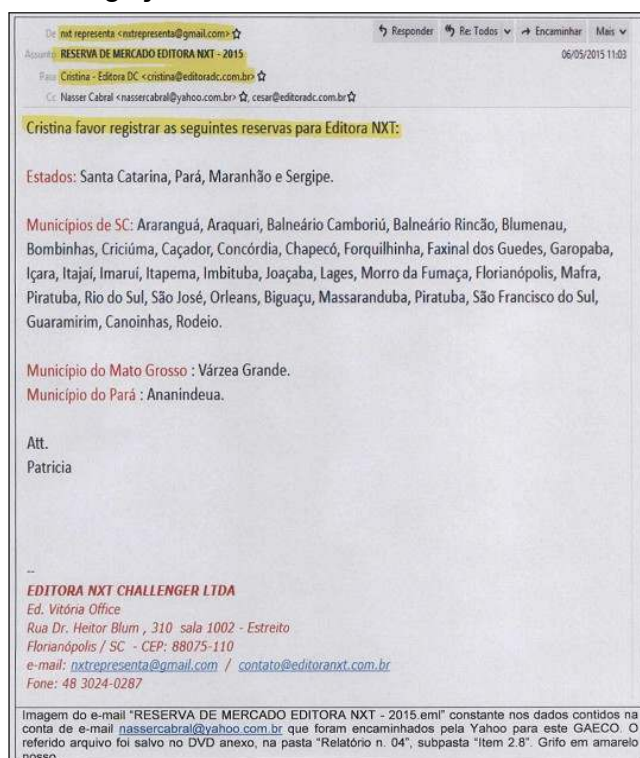
Aparentemente onde seriam lançados os dados das empresas. Possivelmente algum sistema de licitações.

Quadro 02: Documento word contendo dados de empresas
Nome do Arquivo: DADOS EMPRESAS.Docx

¹⁰ Relatório de Análise de Evidências Digitais n. 08/2021 (fls. 3243-3258).

¹¹ Relatório de Análise de Evidências Digitais n. 20/2021 (fls. 3889-3894)

Outrossim, observou-se a prática de "reserva de mercado", termo que inclusive os próprios empresários utilizam, em que as empresas escolhiam a região que cada uma poderia vender os seus materiais, literalmente loteando o mercado, como se extrai do e-mail trocado entre as empresas Editora N.X.T Challenger e Editora Divulgação Cultural.¹²



Em que pese o Município de Passos Maia não esteja entre as cidades citadas, os elementos angariados indicam que o mesmo esquema de fraude também ocorreu naquela municipalidade, já que as requeridas tinham plena ciência de qual delas seria a ganhadora do certame, ocasionando **evidente prejuízo ao erário**, tendo em vista que inclusive alguns produtos estavam superfaturados, como será descrito em tópico adiante.

A parceria entre as empresas é demonstrada pelos diversos documentos analisados quando da realização de busca e apreensão no estabelecimento das editoras. Controles feitos por planilhas, nas quais constavam o nome de diversas empresas parceiras e as licitações realizadas, a fim de verificar

¹² Relatório de Informação n. 04/2019 (fls. 2197-2198).

as documentações necessárias para participação nos certames.¹³

6. EXIGÊNCIA DE CARTA DE CORRESPONSABILIDADE - CLAUSULA LIMITADORA DA COMPETITIVIDADE – DIRECIONAMENTO

O procedimento licitatório realizado no Município de Passos Maia, para aquisição de material pedagógico, possui em seu edital, cláusula que causou o cerceamento da ampla concorrência, diante da exigência de apresentação pelos licitantes de carta de responsabilidade, caso não fossem a própria editora que produzisse o material.

Como pode ser observado abaixo, o edital realizava tais exigências nos itens 7.4 e 7.5, indicando a necessidade de que a editora apresentasse declaração ou carta de responsabilidade:

deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação. Na cotação dos preços para a presente licitação, os participantes deverão observar o uso de somente três casas após a vírgula, nos valores unitários e totais propostos, caso contrário a Comissão de Licitações desconsiderará as casas cotadas a mais, para fins de julgamento e cálculo.

7.3 - Não serão aceitas propostas sem a assinatura do representante da empresa devidamente identificado.

7.4 – Sobre os direitos autorais:

A) a editora deverá apresentar declaração conforme anexo XI, junto com o envelope de proposta, responsabilizando-se pelos direitos autorais e comprometendo-se a disponibilizar os títulos conforme especificações e quantitativos deste edital. Esta declaração deverá apresentar firma reconhecida em cartório.

B) caso a licitante não seja a própria editora do material, deverá apresentar junto com o envelope de proposta, declaração de responsabilidade referente aos direitos autorais conforme anexo XI, por parte da editora, comprometendo-se a disponibilizar a licitante, conforme as especificações deste edital, os títulos nos quantitativos solicitados. Esta declaração deve apresentar firma reconhecida em cartório, a não apresentação da mesma ocasionará a desclassificação da licitante.

7.5 – Das amostras:

A) Após o pregão, a licitante vencedora, deverá apresentar as amostras à comissão permanente de licitação. A empresa vencedora que não apresentar as amostras conforme a especificação do edital estará desclassificada.

Ademais, chama atenção o fato de que, no edital do pregão, os itens 7.4 e 7.5 estejam destoantes dos demais, uma vez que a formatação utilizada difere da utilizada no restante do documento, pois é a única parte do edital que está em negrito e itálico, indicativo de que as exigências dos citados itens foram copiadas e coladas no edital.

A inserção da cláusula limitadora de concorrência evidencia que as empresas representadas possuíam a intenção de frustrar e fraudar, mediante

¹³ Relatório de Análise de Evidências Digitais n. 13/2021 (fls. 3710-3715).

ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, almejando obter o maior lucro possível com as contratações por meio da cláusula.

Exigir a declaração de corresponsabilidade indica uma nova modalidade de garantia, contrariando o disposto no § 1º do art. 56 da Lei nº 8.666/93, que estabelece o direito do contratado optar por uma das modalidades de garantias previstas, quais sejam, seguro-garantia, fiança bancária, caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública.

O único objetivo da declaração é comprovar a capacidade de fornecimento da editora fabricante e não da licitante, sendo, portanto, tal exigência não prevista na legislação, a qual limita àquelas que dizem respeito à qualidade da licitante, e não de terceiros.

Importante destacar que, em concordância com o disposto nos arts. 3º, §1º, e 30, §5º, ambos da Lei n. 8.666/93, lei vigente à época dos fatos, a exigência de carta ou declaração de corresponsabilidade é uma cláusula restritiva do caráter competitivo das licitações, que deveria ser inserida no processo licitatório **com justificativas da necessidade técnica, lógica e científica**, o que não ocorreu.

A corresponsabilidade manifestada por empresa que não participou de licitação pode, inclusive, implicar subcontratação total ou parcial do objeto do contrato administrativo a ser realizado, caso a licitante se consagre vencedora, o que, segundo o art. 78, VI, da Lei Federal n. 8.666/93, constitui causa para a sua rescisão, uma vez que, se a empresa vencedora não fornecer os objetos adjudicados e contratados, a declarante, solidariamente, terá que assumir essa responsabilidade, no entanto, sem ter se submetido aos requisitos de habilitação expressos no respectivo edital, tendo por consequência a violação ao princípio da isonomia entre os licitantes.

No caso analisado, as detentoras dos direitos autorais seriam as empresas que eram as responsáveis por fornecer a carta de corresponsabilidade àquelas que quisessem competir. Portanto, a inclusão da exigência de carta, ou da

declaração de corresponsabilidade no certame licitatório investigado, implica ofensa ao caráter competitivo e, por conseguinte, propulsiona a **concentração de contratos** nas mesmas empresas.

Conclui-se que a conduta voltada a frustrar e fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo da licitação, fazia parte do **modus operandi das empresas requeridas, com o objetivo de maior lucro possível, buscando inserir nos editais de inúmeros municípios, voltados à aquisição de livros e materiais pedagógicos, tais cláusulas.**

Esta cláusula foi usada também em certames realizados em outros municípios do Estado, conforme exposto pela CGE na Informação n. 0157/2020 (fls. 272-280):

Município	Nº do edital	Texto igual ou parecido	Autoridade que assinou o edital
	Pregão Presencial PMC 91/2017 Obs: texto de acordo com a última alteração do edital	8.2 – DOS DIREITOS AUTORAIS: a) Sobre os direitos autorais: a editora deverá apresentar declaração ou carta, junto com o envelope de proposta, responsabilizando-se pelos direitos autorais e comprometendo-se a disponibilizar os títulos conforme especificações e quantitativos deste edital. Esta declaração ou carta deve apresentar firma reconhecida em cartório. b) Sobre os direitos autorais: caso o licitante não seja a própria editora do material, deverá apresentar junto com o envelope de proposta, declaração ou carta de corresponsabilidade referente aos direitos autorais, por parte da Editora, comprometendo-se a disponibilizar a empresa licitante, conforme as especificações deste edital, os títulos nos quantitativos solicitados. Esta declaração ou carta deve apresentar firma reconhecida em cartório e a não apresentação da mesma, ocasionará a desclassificação da Licitante conforme modelo ANEXO X.	GILBERTO DOS PASSOS Prefeito MARINA HAAG Assessora Jurídica
Canoinhas	Concorrência Pública PMC 08/2017	9.5 – DOS DIREITOS AUTORAIS: a) Sobre os direitos autorais: a editora deverá apresentar declaração ou carta, junto com o envelope de proposta, responsabilizando-se pelos direitos autorais e comprometendo-se a disponibilizar os títulos conforme especificações e quantitativos deste edital. Esta declaração ou carta deve apresentar firma reconhecida em cartório. b) Sobre os direitos autorais: caso o licitante não seja a própria editora do material, deverá apresentar junto com o envelope de proposta, declaração ou carta de corresponsabilidade referente aos direitos autorais, por parte da Editora, comprometendo-se a disponibilizar a empresa licitante, conforme as especificações deste edital, os títulos nos quantitativos solicitados. Esta declaração ou carta deve apresentar firma reconhecida em cartório e a não apresentação da mesma, ocasionará a desclassificação da Licitante conforme modelo ANEXO IX.	GILBERTO DOS PASSOS Prefeito MARINA HAAG Assessora Jurídica
Chapecó	197/2016	8.2.10 O Proponente deverá apresentar declaração de corresponsabilidade referente aos direitos autorais, pela Editora, a qual comprometo-se a disponibilizar a empresa licitante, conforme as especificações deste edital, os títulos nos quantitativos solicitados. Esta declaração ou carta deve ser com firma reconhecida em cartório.	IGOR ANTONIO GIROTTI Secretário Municipal de Educação
Criciúma	140/PMC/2016	8.1.6. SOBRE OS DIREITOS AUTORAIS a) (Editora): Se a licitante for a própria editora deverá apresentar declaração ou carta, junto a proposta, responsabilizando-se pelos direitos autorais e comprometendo-se a disponibilizar os títulos conforme especificações e quantitativos deste edital. Esta declaração ou carta deve apresentar firma reconhecida em cartório. (ANEXO IX) b) (Distribuidora): Caso o licitante não seja a própria editora do material, deverá apresentar junto com o envelope de proposta, declaração ou carta de corresponsabilidade referente aos direitos autorais, por parte da Editora, comprometendo-se a disponibilizar a empresa licitante, conforme as especificações deste edital, os títulos nos quantitativos solicitados. Esta declaração ou carta deve apresentar firma reconhecida em cartório e a não apresentação da mesma, ocasionará a desclassificação da Licitante. (ANEXO IX)	NELI SEHNEM DOS SANTOS Pregoeira

Guaramirim	184/2016	<p>3.2.1 [...] a editora deverá apresentar declaração ou carta, junto com o envelope de documentação, responsabilizando-se pelos direitos autorais e comprometendo-se a disponibilizar os títulos conforme especificações e quantitativos deste edital. Esta declaração ou carta deve apresentar firma reconhecida em cartório.</p> <p>3.2.2 [...] caso o licitante não seja a própria editora do material, deverá apresentar junto com o envelope de documentação, declaração ou carta de co-responsabilidade referente aos direitos autorais, por parte da Editora, comprometendo-se a disponibilizar à empresa licitante, conforme as especificações deste edital, os títulos nos quantitativos solicitados. Esta declaração ou carta deve apresentar firma reconhecida em cartório e a não apresentação da mesma, ocasionará a desclassificação da Licitante. (ANEXO VIII)</p>	LAURO FROHLICH Prefeito
Mafrá	139/2016	<p>7.1 [...] g) A editora deverá apresentar declaração ou carta, junto com o envelope de proposta, responsabilizando-se pelos direitos autorais e comprometendo-se a disponibilizar os títulos conforme especificações e quantitativos deste edital. Esta declaração ou carta deve apresentar firma reconhecida em cartório.</p> <p>h) Caso o licitante não seja a própria editora do material, deverá apresentar junto com o envelope de proposta, declaração ou carta de co-responsabilidade referente aos direitos autorais, por parte da Editora, comprometendo-se a disponibilizar à empresa licitante, conforme as especificações deste edital, os títulos nos quantitativos solicitados. Esta declaração ou carta deve apresentar firma reconhecida em cartório e a não apresentação da mesma, ocasionará a desclassificação da Licitante.</p>	WELLINGTON ROBERTO BILLECKI Prefeito ROONEY LUIZ MEDEIROS Secretário de Administração
Rodeio	16/2016	<p>c) Sobre os direitos autorais: a editora deverá apresentar declaração ou carta, junto com o envelope de proposta, responsabilizando-se pelos direitos autorais e comprometendo-se a disponibilizar os títulos conforme especificações e quantitativos deste edital. Esta declaração ou carta deve apresentar firma reconhecida em cartório.</p> <p>d) Sobre os direitos autorais: caso o licitante não seja a própria editora do material, deverá apresentar junto com o envelope de proposta, declaração ou carta de co-responsabilidade referente aos direitos autorais, por parte da Editora, comprometendo-se a disponibilizar à empresa licitante, conforme as especificações deste edital, os títulos nos quantitativos solicitados. Esta declaração ou carta deve apresentar firma reconhecida em cartório e a não apresentação da mesma, ocasionará a desclassificação da Licitante. (ANEXO III)</p>	PAULO ROBERTO WEISS Prefeito
São Miguel do Oeste	76/2017	<p>4.10 - Sobre os direitos autorais: a editora deverá apresentar declaração ou carta, junto com a proposta, responsabilizando-se pelos direitos autorais e comprometendo-se a disponibilizar os títulos conforme especificações e quantitativos deste edital. Esta declaração ou carta deve apresentar firma reconhecida em cartório.</p> <p>4.11 - Sobre os direitos autorais: caso o licitante não seja a própria editora do material, deverá apresentar junto com o envelope de proposta, declaração ou carta de co-responsabilidade referente aos direitos autorais, por parte da Editora, comprometendo-se a disponibilizar à empresa licitante, conforme as especificações deste edital, os títulos nos quantitativos solicitados. Esta declaração ou carta deve apresentar firma reconhecida em cartório e a não apresentação da mesma, ocasionará a desclassificação da Licitante (Anexo VI).</p>	ALFREDO SPIER Secretário Administração
Vargeão	48/2017	<p>7.2 - Sobre os direitos autorais: a) A editora deverá apresentar declaração ou carta, conforme anexo VII junto com o envelope de proposta, responsabilizando-se pelos direitos autorais e comprometendo-se a disponibilizar os títulos conforme especificações e quantitativos deste edital. Esta declaração ou carta deve apresentar firma reconhecida em cartório. b) Caso o licitante não seja a própria editora do material, deverá apresentar junto com o envelope de proposta, declaração de co-responsabilidade referente aos direitos autorais, conforme anexo VII, por parte da editora, comprometendo-se a disponibilizar à empresa licitante, conforme as especificações deste edital, os títulos nos quantitativos solicitados. Esta declaração ou carta deve apresentar firma reconhecida em cartório e a não apresentação da mesma, ocasionará a desclassificação da Licitante.</p>	VOLMIR FELIPE Prefeito ANDRÉ LUIZ PANIZZI Assessor Jurídico
Xanxerê	0010/2016	c) Sobre os direitos autorais: a editora deverá apresentar declaração ou carta, responsabilizando-se pelos direitos	ADEMIR JOSÉ GASPARI Prefeito
		autorais e comprometendo-se a disponibilizar os títulos conforme especificações e quantitativos deste edital. Esta declaração ou carta deve apresentar firma reconhecida em cartório. Caso o licitante não seja a própria editora do material, deverá apresentar declaração ou carta de co-responsabilidade, conforme Anexo 11, referente aos direitos autorais, por parte da Editora, comprometendo-se a disponibilizar à empresa licitante, conforme as especificações deste edital, os títulos nos quantitativos solicitados. Esta declaração ou carta deve apresentar firma reconhecida em cartório.	

A investigação relevou ainda, que de 15 editais analisados, 10 apresentaram o referido requisito, com redação quase idêntica, tendo a requerida **Editora NXT Challenger Ltda**, sagrado-se **vencedora em 78,18% do total dos referidos certames**.

Prudente ser destacado que o Anexo XI do Edital do Pregão Presencial n. 41/2016 traz o modelo de "DECLARAÇÃO DE

CORRESPONSABILIDADE (fl. 526-527) ou seja, o documento foi encaminhado pelas empresas requeridas ao poder público para instruir a solicitação de orçamentos prévios e a elaboração do edital.

No presente caso dentre os livros licitados pelo Município no Pregão Presencial n. 41/2016, há aqueles que possuem como detentora dos direitos autorais a TSP Editorial¹⁴, aqueles que possuem como detentora dos direitos autorais a Divulgação Cultural Ltda.¹⁵, dos denunciados César Henrique de Oliveira e Erivaldo Costa de Oliveira; aqueles que possuem como detentora dos direitos autorais a Ciranda Cultural Editora e Distribuidora Ltda.¹⁶; aqueles que possuem como detentora dos direitos autorais a Editora Expressão Ltda.¹⁷ e aqueles que possuem como detentora dos direitos autorais a Editora Vale das Letras¹⁸ que, conseqüentemente, são as detentoras dos direitos autorais de seus livros e únicas responsáveis por fornecerem as cartas de corresponsabilidade àquelas empresas que lhe interessam.

Percebe-se que a Editora N.X.T adjudicou todos os livros da marca Editora Divulgação Cultural, Editora Expressão e Editora Ciranda Cultural, enquanto a Projeto Cultural adjudicou todos os livros da marca Vale das Letras, o que demonstra que não houve concorrência¹⁹ pelos prévios acordos feitos pelos denunciados.

Assim, houve cerceamento da ampla concorrência no certame, à medida que, quando determinado fornecedor – não sendo o detentor dos direitos autorais dos livros – requisita à editora o direito de exclusividade de fornecimento dos livros, **tão somente este fornecedor poderá ofertar lances dos aludidos itens no certame**

¹⁴ Carta de corresponsabilidade apresentada pela empresa Editora N.X.T Challenger (fl. 561).

¹⁵ Carta de corresponsabilidade apresentada pela empresa Editora N.X.T Challenger (fl. 562).

¹⁶ Carta de corresponsabilidade apresentada pela empresa Editora N.X.T Challenger (fl. 564).

¹⁷ Carta de corresponsabilidade apresentada pela empresa Editora N.X.T Challenger (fl. 565).

¹⁸ Carta de corresponsabilidade apresentada pela empresa Projeto Cultural (fl. 576).

¹⁹ Afirma-se que não houve concorrência porque as cartas de corresponsabilidade apresentadas referiam-se exatamente aos itens que foram ganhos por cada licitante. A Projeto Cultural apresentou carta de corresponsabilidade apenas da Editora Vale das Letras, o que culminou em sua desclassificação de todos os demais itens pelos quais apresentou proposta e que eram de outras editoras. No mesmo sentido, foi a inabilitação da Editora N.X.T para os itens produzidos pela Editora Vale das Letras, uma vez que não foi apresentada carta de corresponsabilidade de tal fornecedora.

Isso posto, demonstrada a necessidade de responsabilização das empresas **EDITORA PROJETO CULTURAL LTDA, EDITORA N.X.T. CHALLENGER LTDA, LIBRINKE DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS DIDÁTICOS LTDA e GRUPO PROJETOS EDITORIAIS UNIVERSITÁRIOS LTDA. – GPE**, pois fraudaram o procedimento licitatório do Município de Passos Maia e fizeram inserir, nos editais licitatórios, cláusulas limitadoras de concorrência que resultaram em contratações de empresas participantes do esquema criminoso pelo ente público.

7. SUPERFATURAMENTO DOS ORÇAMENTOS - PREJUÍZO AO ERÁRIO – DEVER DE REPARAÇÃO DO DANO CAUSADO

A fraude perpetrada pelas requeridas também ocasionou a elevação arbitrária dos preços, tornando injustamente mais onerosa as propostas apresentadas ao Município de Passos Maia, pois com a certeza que seriam vencedores já apresentaram orçamentos com preços divergentes do mercado.

O sobrepreço dos livros restou evidente com uma planilha de preços elaborada pelo Controladoria Geral do Estado, que traz a comparação entre o valor pelo qual o item da Coleção Dida vision foi vendido para a Prefeitura de Passos Maia e os preços de mercado praticados.²⁰

MUNICÍPIO:	PERCENTUAL DE SOBREPREGO:	DANO TOTAL DO SOBREPREGO:
Belmonte	de 158% a 197%	R\$ 15.481,40
Chapécó	de 33,63% a 189%	R\$ 248.247,53
Guaramirim	de 180% a 188%	R\$ 130.785,30
Passos Maia	999%	R\$ 17.988,00

Comparando os dados da planilha, constata-se que as requeridas geraram sobrepreço, no item nela determinado, de 999%, apenas nesta licitação.

Quadro 04 – Município de Passos Maia (Convênio nº 2016TR002466): comparativo valor faturado e pesquisa no site oficial dos fornecedores.								
Obra/Produto	Qtde	Valor adquirido	Pesquisa mercado			Sobrepreço		DANO Sobrepreço
		Valor Unitário	Valor site	Valor unitário		Unitário	%	
Coleção Dida Vision 1	16 DVDs e 3 livros	12	1.649,00	150,00	150,00	1.499,00	999%	R\$ 17.988

²⁰ Documento de Orientações encaminhado pelo Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa-CMA, com base na Informação CGE n. 157/2020 (fls. 318-319)

O sobrepreço ocorrido no procedimento licitatório n. 70/2016 do Município de Passos Maia perfaz o valor de **R\$ 17.988,00** (dezessete mil, novecentos e oitenta e oito reais), quanto a "Coleção Dida Vision 1", que foi adjudicada pela empresa Editora N.X.T Challenger, pelo valor unitário de R\$ 1.649,00, quanto o preço de mercado do item era de R\$ 150,00, que se multiplicado pela quantidade fornecida (12 unidades) resultaria no total de R\$ 1.800,00.

Desta forma, o valor do prejuízo causado ao erário, devidamente atualizado monetariamente, desde o evento danoso (novembro de 2016) até o presente momento, pelo INPC, com juros de 1% ao mês, totaliza o valor de **R\$ 52.489,16 (cinquenta e dois mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e dezesseis centavos)**, o qual deve ser promovido o ressarcimento ao ente municipal pela empresa Editora N.X.T Challenger, considerando que as empresas apresentaram orçamentos somente para fingir concorrência, mas já sabendo quem efetivamente iria comparecer no momento do pregão e que elas sairiam ganhadoras.

8. RESPONSABILIDADE OBJETIVA – INTELIGÊNCIA DOS ARTIGOS 1º E 2º DA LEI ANTICORRUPÇÃO (LEI 12.846/13) – INFRAÇÃO AO ARTIGO 5º, IV, "A e D" DO MESMO DIPLOMA

As condutas praticadas pelas empresas requeridas estão previstas na Lei n. 12.846/13, Lei Anticorrupção, no artigo 5º, inciso IV, consistente em frustrar/fraudar o caráter competitivo de procedimento licitatório, mediante ajuste e combinação, configuram ato lesivo à administração pública:

Art. 5º **Constituem atos lesivos à administração pública**, nacional ou estrangeira, para os fins desta Lei, **todos aqueles praticados pelas pessoas jurídicas** mencionadas no parágrafo único do art. 1º, **que atentem** contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, **contra princípios da administração pública** ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, assim definidos:

[...]

IV - no tocante a **licitações** e contratos:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro

expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
[...]
d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
(grifou-se)

No âmbito da Lei n. 12.846/13, os atos lesivos podem ser definidos como ações nocivas à Administração Pública, nacional ou estrangeira, praticados pelas pessoas jurídicas enumeradas no seu respectivo art. 1º, parágrafo único, e art. 2º, tutelados sob o prisma da **responsabilidade objetiva**.

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a **responsabilização objetiva** administrativa e civil **de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública**, nacional ou estrangeira.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto nesta Lei às sociedades empresárias e às sociedades simples, personificadas ou não, independentemente da forma de organização ou modelo societário adotado, bem como a quaisquer fundações, associações de entidades ou pessoas, ou sociedades estrangeiras, que tenham sede, filial ou representação no território brasileiro, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente.

Art. 2º **As pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente**, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos previstos nesta Lei praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não.
(Grifou-se).

Para a caracterização de ato lesivo à administração pública, é prescindível a demonstração de dolo ou culpa de pessoa natural envolvida no ato lesivo, contentando-se com a comprovação do nexo de causalidade entre a atividade empresarial e o ato punível. Assim, a obrigação da pessoa jurídica surge da simples demonstração da ocorrência do ato lesivo, praticado em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não, sem que seja necessário provar a intenção das pessoas físicas envolvidas no ato.

Nesse sentido, colhe-se da jurisprudência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina:

EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM APELAÇÃO CÍVEL EM AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. DEMANDA AFORADA INICIALMENTE CONTRA OS AGENTES PÚBLICOS E PARTICULARES. ALEGADA **FRAUDE A PROCESSO LICITATÓRIO PELA ELIMINAÇÃO DE CONCORRÊNCIA E PRÁTICA DE SOBREPREÇO**. IMPROCEDÊNCIA EM PRIMEIRA INSTÂNCIA. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA EM SEGUNDO GRAU. ALEGADA OMISSÃO QUANTO À APLICAÇÃO DOS ARTS. 5., A, 6., E 19 DA LEI N. 12.843/2013, A LEI

ANTICORRUPÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. AFASTAMENTO IMPLÍCITO, POIS **AS DISPOSIÇÕES DA LEI N. 12.843/2013 SOMENTE SE APLICAM ÀS PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO, SEM PARTICIPAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS E/OU POLÍTICOS. AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA QUE EXIGE A PRESENÇA DO ELEMENTO SUBJETIVO 'DOLO' PARA A CORRETA TIPIFICAÇÃO DO ATO ÍMPROBO. LEI ANTICORRUPÇÃO, LADO OUTRO, ESTABELECE A RESPONSABILIZAÇÃO OBJETIVA DE PESSOAS JURÍDICAS QUE CAUSAREM DANO AO PODER PÚBLICO. CAUSAS DE PEDIR DISTINTAS. IMPOSSIBILIDADE DE CONDENAR, EM AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, APENAS A PESSOA JURÍDICA, SEM CONCURSO DE AGENTES PÚBLICOS E/OU POLÍTICOS. EMBARGOS REJEITADOS. 'A LEI ANTICORRUPÇÃO SOMENTE SE APLICA QUANDO O ATO ILÍCITO FOR PRATICADO EXCLUSIVAMENTE PELA PESSOA JURÍDICA, SEM A PARTICIPAÇÃO DE UM AGENTE PÚBLICO, POIS AS HIPÓTESES TÍPICAS PREVISTAS NO ART. 5. DA LEI N. 12.846/13 INDEPENDEM DO CONCURSO DE ALGUM AGENTE PÚBLICO.**

QUANDO HOUVER A CONDUTA DE UM AGENTE PÚBLICO EM CONCURSO COM PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA QUE CONTRATE COM O PODER PÚBLICO, A LEI APLICÁVEL É A DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA' (MARCELO HARGER). A INTERPRETAÇÃO LITERAL DA NORMA MOSTRA, CLARAMENTE, QUE A LEI N. 12.846/13 INAUGUROU UMA NOVA MODALIDADE DE RESPONSABILIZAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS POR ATOS DANOSOS PRATICADOS CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, QUE EM MUITO SE DISTINGUE DA LEI N. 8.429/92 E ALTERAÇÕES. ESTA ÚLTIMA, A LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, PAUTA-SE NA CONFIGURAÇÃO DO ELEMENTO SUBJETIVO "DOLO" PARA QUE SE AUTORIZE A APLICAÇÃO DAS SANÇÕES NELA PREVISTAS. POR MEIO DA LEI N. 14.230/2021, ALIÁS, A MODALIDADE CULPOSA FOI EXPRESSAMENTE EXCLUÍDA DO TEXTO NORMATIVO (ART. 2., PARÁGRAFO PRIMEIRO DA LEI N. 14.230/2021).

LADO OUTRO, A LEI N. 12.846/2013 TROUXE A POSSIBILIDADE DE RESPONSABILIZAÇÃO "OBJETIVA" DAS PESSOAS JURÍDICAS. HÁ DISTINÇÕES IMPORTANTES, NO PONTO: A) A LEI DE IMPROBIDADE PREVÊ A RESPONSABILIZAÇÃO DÚPLICE DE AGENTES PÚBLICOS E PARTICULARES, SEJAM PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS, AO PASSO QUE A LEI ANTICORRUPÇÃO TEM COMO FOCO APENAS AS PESSOAS JURÍDICAS; B) NA LEI DE IMPROBIDADE, SÓ HÁ TIPIFICAÇÃO LEGAL SE O AGENTE PÚBLICO FOR O OBJETO DO PEDIDO CONDENATÓRIO, E EVENTUALMENTE, TAMBÉM O PARTICULAR; C) NA LEI ANTICORRUPÇÃO, A PESSOA JURÍDICA PODE SER PUNIDA INDEPENDENTEMENTE DE PARTICIPAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO, E DE FORMA OBJETIVA; D) NA LEI N. 8.429/92, JÁ ERA ASSENTE O ENTENDIMENTO DE QUE NÃO PODERIA HAVER RESPONSABILIZAÇÃO EXCLUSIVAMENTE DO PARTICULAR, POIS A IMPROBIDADE PRESSUPÕE A PARTICIPAÇÃO AO MENOS DE UM AGENTE PÚBLICO E/OU POLÍTICO. (Apelação n. 0900036-20.2015.8.24.0043, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, rel. Pedro Manoel Abreu, Primeira Câmara de Direito Público, j. 15/2/2022).

No caso em análise as empresas requeridas induziram o Município

de Passos Maia a acreditar que a contratação teria ocorrido pelo melhor preço, utilizando-se de artifícios para simular uma concorrência nos processos licitatórios, sobretudo ao promoverem a inclusão no Edital de cláusulas limitadoras de competitividade, com o intuito de obter vantagem decorrente da adjudicação do objeto licitado à pessoa jurídica por eles escolhida, o que também deu margem ao superfaturamento das propostas.

Causa estranheza o fato dos documentos referentes aos editais lançados possuírem orientações sobre como deveria ser realizado o edital e o que deveria constar neles, o que indica que o ente municipal recebeu os modelos prontos, realizando somente a troca de disposições que eram necessárias.

Além disso, o relacionamento entre os representantes das empresas, já exposto anteriormente, sugere uma combinação prévia para "lotear" as licitações dos livros de literatura infantil, didáticos e pedagógicos entre as empresas, em clara ofensa aos princípios que regem as aquisições na esfera pública.

A responsabilização das pessoas jurídicas envolvidas pode ser perquirida por intermédio da aplicação da Lei n. 12.846/13 (art. 5º, inciso IV, alíneas "a" e "d"), na qual os ilícitos vinculados ao procedimento licitatório sequer demandam prova do prejuízo suportado pela Administração Pública, tendo em vista que visam a resguardar a competitividade e a licitude do certame

8.1 Sancionamento – Art. 6º e art. 19 da Lei n. 12.846/13

A prática de ato lesivo à Administração Pública é expressamente vedada pelo dispositivo legal em análise (Lei n. 12.846/13), podendo o Ministério Público ajuizar ação com vistas à aplicação das sanções previstas no art. 19 da Lei n. 12.846/13, colacionado abaixo:

Art. 19. Em razão da prática de atos previstos no art. 5º desta Lei, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, por meio das respectivas Advocacias Públicas ou órgãos de representação judicial, ou equivalentes, e o **Ministério Público, poderão ajuizar ação com vistas à aplicação das seguintes sanções às pessoas jurídicas infratoras:**

I - perdimento dos bens, direitos ou valores que representem vantagem

ou proveito direta ou indiretamente obtidos da infração, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé;

II - suspensão ou interdição parcial de suas atividades;

III - dissolução compulsória da pessoa jurídica;

IV - proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público, pelo prazo mínimo de 1 (um) e máximo de 5 (cinco) anos.

(grifou-se)

Além das sanções judiciais impostas, o artigo 6º da Lei Anticorrupção dispõe as punições que poderão ser aplicadas na esfera administrativa:

Art. 6º Na esfera administrativa, serão aplicadas às pessoas jurídicas consideradas responsáveis pelos atos lesivos previstos nesta Lei as seguintes sanções:

I - **multa**, no valor de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação; e

II - publicação extraordinária da decisão condenatória.

(grifou-se)

Muito embora o artigo supracitado (art. 6º da Lei 12.846/13) determine quais são as sanções aplicáveis apenas na esfera administrativa, o artigo 20 da mesma legislação (Lei n. 12.846/13) aponta que, nas ações ajuizadas pelo Ministério Público, poderão ser aplicadas as penalidades previstas no art. 6º, sem prejuízo daquelas previstas no Capítulo VI, desde que constatada a omissão das autoridades competentes para promover a responsabilização administrativa, vejamos:

Art. 20. Nas ações ajuizadas pelo Ministério Público, poderão ser aplicadas as sanções previstas no art. 6º, sem prejuízo daquelas previstas neste Capítulo, desde que constatada a omissão das autoridades competentes para promover a responsabilização administrativa.

No caso em análise, verifica-se que o Município de Passos Maia não aplicou sanção alguma às empresas requeridas.

Assim, levando-se em consideração o caso concreto e considerando as sanções legalmente previstas e os requisitos do art. 7º da Lei Anticorrupção, este órgão entende que, ao final da instrução do feito, deve ser

integralmente acolhida a tese apresentada por este órgão para fins de **aplicar às demandadas** as sanções previstas nos artigos 19 e 6º da Lei n. 12.846/2013, notadamente **multa**, no valor de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, caso não seja possível a aplicação de percentual sobre o faturamento da empresa, a multa deverá ser fixada em valor entre R\$ 6 mil e R\$ 60 milhões (art. 6º, I, e § 4º); **perdimento dos valores** (somente para a requerida Editora Projeto Cultural) que representa a vantagem ilícita obtida (superfaturamento dos materiais adquiridos), ora quantificada em **R\$ 52.489,16 (cinquenta e dois mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e dezesseis centavos)**, assim como **suspensão parcial das atividades das requeridas**, sobretudo para impor a eles a **proibição de contratar com o poder público** pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, porque, embora não haja expressa previsão legal, essa medida pode ser tomada com base no poder geral de cautela do Magistrado, notadamente por conta dos graves indícios da prática de atos ímprobos com intenção de fraudar o processo licitatório e, de **publicação extraordinária da decisão condenatória**.

9. DA NÃO OCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO

Prevê o artigo 25 da Lei 12.846/13 que o prazo de prescrição das infrações elencadas nessa lei é de 5 (cinco) anos, os quais interrompem-se, na esfera judicial ou administrativa, com a instauração de processo para apuração da infração:

Art. 25. Prescrevem em 5 (cinco) anos as infrações previstas nesta Lei, **contados da data da ciência da infração** ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado.

Parágrafo único. Na esfera administrativa ou judicial, a **prescrição será interrompida com a instauração de processo que tenha por objeto a apuração da infração**.

Acerca da temática, Maria Sylvia Zanella Di Pietro tece as seguintes considerações:

A prescrição, na esfera judicial, da mesma forma que na esfera administrativa, ocorre em cinco anos, contados da data da ciência da infração ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado (art. 25). Na esfera administrativa ou judicial, a prescrição interrompe-se com a instauração de processo que tenha por objeto a apuração da infração (parágrafo único do art. 25). A lei silencia a respeito da prescrição da ação visando à reparação do dano. No entanto, o STF entendeu aplicável a regra da prescrição quinquenal, no RE 852.475, com repercussão geral (Rel. Min. Edson Fachin, j. em 8-8- 18). Como decorre desse acórdão, a imprescritibilidade a que se refere o artigo 37, § 5º, da Constituição Federal só alcança a reparação de danos devida em decorrência de prática de ato doloso de improbidade administrativa.²¹

A autoridade máxima da entidade administrativa lesada é quem deverá agir de ofício ou por provocação de terceiros (como o Ministério Público, por exemplo), instaurando o competente Processo Administrativo de Responsabilização (PAR).

A ciência da infração que desencadeia a contagem do prazo prescricional é o momento em que o fato é conhecido, *in casu*, os fatos chegaram ao conhecimento da Promotoria que detinha atribuição na Área da Moralidade Administrativa, somente em no dia 06 de abril de 2021 (fls. 1-3).

Ademais, o Município tomou ciência da existência de irregularidades em maio de 2024 e não instaurou processo de responsabilização das empresas, de modo que não há o que se falar em prescrição do caso sob análise.

Outrossim, em que pese a 10ª Promotoria de Justiça da Comarca de Chapecó tenha instaurado procedimento sobre fatos semelhantes no ano de 2018, não detinha atribuição para adoção de qualquer medida quanto ao Município de Passos Maia, inclusive o compartilhamento das provas colhidas por aquela Promotoria de Justiça somente foi autorizado em julho do ano de 2024, motivo pelo qual o prazo prescricional deve levar em conta a autoridade que detém atribuição para investigação dos fatos ocorridos no Município de Passos Maia.

O simples fato do nome da cidade ter aparecido durante as investigações realizadas pela 10ª Promotoria de Justiça da Comarca de Chapecó,

²¹ 7 PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. Direito Administrativo. 32. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019, p. 1867.

não fazem com que a atribuição seja deslocada. De modo que o prazo prescricional deve iniciar a contagem a partir do momento em que foi instaurado o Inquérito Civil n. 06.2021.00001495-0 para apuração dos fatos no Município de Passos Maia/SC.

Portanto, como descrito pelo doutrinador Rogério Sanches Cunha, pela adoção da teoria da *actio nata*, a contagem do prazo prescricional deve iniciar a partir do conhecimento da violação por parte da autoridade competente, visando proteger aqueles que não tiveram a possibilidade de imediata ciência inequívoca do ilícito.²²

Com o recebimento pelo juízo da presente demanda, ter-se-á novamente a interrupção do prazo, o que demonstra a viabilidade do processamento ação contra as empresas **Editora N.X.T Challenger, Projeto Cultural Ltda, Librinke Distribuidora de Materiais Didáticos Ltda e Grupo Projetos Editoriais Universitários Ltda. – GPE.**

10. DA NECESSIDADE DE PROVIDÊNCIA ACAUTELATÓRIA - INDISPONIBILIDADE DE BENS – ART. 19, §4º DA LEI N. 12.846/2013

As tutelas cautelares visam eliminar ou ao menos minorar os males do tempo necessário para que o processo cumpra seu desiderato, assegurando a utilidade e eficácia do provimento jurisdicional final. Com o advento do Novo Código de Processo Civil, foram os institutos anteriores alterados, agora passando a se chamarem tutela de urgência (cautelares) e tutela de evidência (antecipação da tutela).

A Lei Anticorrupção traz a possibilidade, em seu art. 19, § 4º, de providência acautelatória de indisponibilidade de bens, direitos ou valores necessários a garantir o pagamento da multa a ser aplicada ou da reparação do dano causado:

Art. 19. Em razão da prática de atos previstos no art. 5º desta Lei, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, por meio das

²² CUNHA, Rogério Sanches. Lei Anticorrupção Empresarial. 4. Ed., rev. atual. e ampl. – São Paulo: Ed. Juspodivm, 2022. p. 270.

respectivas Advocacias Públicas ou órgãos de representação judicial, ou equivalentes, e o Ministério Público, poderão ajuizar ação com vistas à aplicação das seguintes sanções as pessoas jurídicas infratoras:

[...]

§ 4º O Ministério Público ou a Advocacia Pública ou órgão de representação judicial, ou equivalente, do ente público **poderá requerer a indisponibilidade de bens, direitos ou valores necessários à garantia do pagamento da multa ou da reparação integral do dano causado**, conforme previsto no art. 7º, ressalvado o direito do terceiro de boa-fé.

Dessa forma, evidente que a norma supracitada impõe ao Ministério Público a adoção de todas as providências necessárias para salvaguardar o patrimônio público, notadamente aquelas imediatamente necessárias para minimizar os impactos dos atos de particulares lesivos à administração pública.

O artigo 300 da Lei Adjetiva, estabelece que a *“tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.”*

Além disto, o art. 12 da Lei n. 7.347/85²³ (Lei da Ação Civil Pública), rito aplicável à presente ação, traz a previsão de que o Juiz pode conceder a liminar, com ou sem justificação prévia.

Conjugando os dispositivos envolvidos, tem-se como possível a tomada de medidas cautelares por parte do juízo, a fim de assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.

A legislação pátria contempla as hipóteses de decisão liminar e tutela de urgência e de evidência em sede de ação civil pública (ação de anticorrupção empresarial, consagrando, inclusive, a fungibilidade entre ambas, haja vista o microssistema da tutela coletiva).

O pedido de indisponibilidade visa garantir a execução futura da multa (art. 6º, inc. I), da reparação integral do dano causado pelo ilícito (art. 21, parágrafo único) ou do perdimento de bens, direitos ou valores representativos do proveito obtido com a infração (art. 19, inc. I).

Para mais, como o requerimento de indisponibilidade dos bens é medida cautelar, não há impedimento para decretação da indisponibilidade dos

²³ Art. 12. Poderá o juiz conceder mandado liminar, com ou sem justificação prévia, em decisão sujeita a agravo.

bens com base em dano presumido desde que se demonstre necessidade de assegurar futura execução e perigo de dilapidação do patrimônio por parte do infrator.

Todavia nos presente autos, tem-se o valor do prejuízo devidamente delineado no Tópico 7, de modo que a decretação da indisponibilidade de bens da empresa **Editora N.X.T Challenger Ltda.** é medida que se impõe, a fim de assegurar os interesses da administração pública lesada.

Ademais, o §4º do art. 19 da Lei Anticorrupção não exige indícios de lapidação do patrimônio para a decretação de indisponibilidade, ou seja, não há necessidade de um perigo concreto para a sua decretação, sendo a providência uma forma de garantir que a sociedade e o Estado tenham os prejuízos causados pelos atos de corrupção praticados serão devidamente reparados.

AGRAVO DE INSTRUMENTO. LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. INDÍCIOS DE ESQUEMA DE FRAUDE A LICITAÇÕES. LIMINAR DEFERIDA NA ORIGEM, DECRETANDO A **INDISPONIBILIDADE DE BENS E A SUSPENSÃO PARCIAL DAS ATIVIDADES DAS EMPRESAS.** CABIMENTO NO CASO CONCRETO. EXCEPCIONALIDADE DA MEDIDA. **1. No que toca à medida de indisponibilidade de bens, encontra previsão no art. 19, §4º, da Lei n. 12.846/2013, justificando-se, no caso concreto e em relação à agravante, diante dos fortes indícios de sua participação no esquema de fraude a licitações descrito na inicial.** 2. Hipótese em que se mostra igualmente cabível a determinação de suspensão parcial das atividades, consistente no impedimento de firmar novos contratos com o poder público, diante dos fortes indícios de fraude. Prevalência do interesse público sobre o privado. Precedente do Superior Tribunal de Justiça, admitindo a medida em casos excepcionais como forma de antecipar a eficácia de futura tutela 10ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CHAPECÓ 4-7 Centro Jurídico - Rua Augusta Müller Bohner, 350-D, Sala 203, Passo dos Fortes, Chapecó-SC - CEP 89805-520 Telefone: (49) 99200-2802, Fax: (49) 3321-9110, E-mail: chapeco10pj@mpsc.mp.br jurisdicional. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO.(TJRS, Agravo de Instrumento n. 70082398520. Relator: Ricardo Torres Hermann. Julgado em: 26-11-2019, grifo nosso).

Com relação aos requisitos para a concessão de medidas liminares é necessária a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, de modo que o primeiro requisito consiste na plausibilidade da argumentação jurídica, enquanto o segundo consubstancia-se no risco de dano em caso de demora do

provimento jurisdicional final.

No caso em tela estão presentes os requisitos prescritos pela legislação. Explica-se. O *fumus boni iuris* exsurge da documentação carreada ao feito, demonstrando a irregularidade envolvendo os procedimentos licitatórios eivados de favoritismos e parcialidade.

O *periculum in mora*, por sua vez, evidencia-se pelo descaso apresentado pela requerida, tanto pela coisa pública, quanto pelo ordenamento jurídico, demonstrando que, caso tome conhecimento dessa medida, que visa, dentre outras coisas, **à garantia do pagamento da multa advinda dos atos lesivos ora apurados**, não se inibirá em desviar valor de sua conta, a fim de se manterem impunes. Frisa-se que as condutas ardilosas maquinadas pelas empresas requeridas corroboram o alegado acima.

No mais, o risco ao resultado útil do processo advém da notável **dificuldade encontrada pelos órgãos envolvidos no combate a atos lesivos à Administração Pública em localizar bens suficientes para garantir o ressarcimento ao erário**.

Frisa-se que, para a Carta Magna, não restou traçado nenhum requisito, razão pela qual se conclui que basta a tão só interposição da ação judicial por ato de corrupção empresarial, com a demonstração do *fumus boni iuris*, não sendo necessária a comprovação do *periculum in mora*. A jurisprudência dos Tribunais Superiores também segue na mesma linha:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. **AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR ATO LESIVO CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. LEI Nº 12.846/2013. CRIAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE INTERPOSTA PESSOA JURÍDICA PARA PARTICIPAR DE LICITAÇÕES PÚBLICAS, PARA FRAUDAR LICITAÇÕES E PARA OCULTAR A REAL IDENTIDADE DOS BENEFICIÁRIOS DOS ATOS PRATICADOS. INDISPONIBILIDADE DE BENS. POSSIBILIDADE. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. EXCESSO DE BLOQUEIO. INOCORRÊNCIA.** 1. A Lei nº 12.846/2013, denominada Lei Anticorrupção (LAC) estatuiu sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas de natureza privada pela prática de atos contrários aos interesses do Poder Público e sua administração, tanto nacionais quanto estrangeiras. 2. Enquanto a Lei de Improbidade Administrativa (LIA) busca, primordialmente, punir o agente público ímprobo, alcançando, eventualmente, o particular, a Lei Anticorrupção (LAC) tem por objetivo punir a pessoa jurídica envolvida em práticas corruptas, podendo também,

em sentido inverso, identificar agentes públicos coniventes, levando-os, por consequência, para o campo de incidência da LIA. 3. Não há antinomia abrogante entre os artigos 1º e 2º da Lei nº 8.249/1992 e o artigo 1º da Lei nº 12.846/2013, pois, naquela, justamente o legislador pátrio objetivou responsabilizar subjetivamente o agente ímprobo, e nesta, o mens legislatoris foi a responsabilização objetiva da pessoa jurídica envolvida nos atos de corrupção. **Assim, tanto a Lei nº 8.249/1992 quanto a Lei 12.846/2013 compõem um microssistema normativo voltado à tutela da administração pública, de seu patrimônio e dos princípios que a informam.** 4. Embora a empresa requerida tenha sido criada antes da entrada em vigor da Lei nº 12.846/2013, o certo é que os supostos atos ilícitos ocorreram ou irradiaram efeitos durante a sua vigência, o que atrai a sua incidência, sob pena de tornar inócua a aplicação do referido diploma legal. 5. **No tocante ao risco de dano irreparável ou de difícil reparação, registre-se que a Lei 12.846/2013 previu expressamente a possibilidade de indisponibilidade de bens, direitos ou valores necessários à garantia do pagamento da multa ou da reparação integral do dano causado, sendo que tal previsão também encontra lastro nas disposições da Lei 7.347/85, até porque se trata genericamente de ação civil pública.** 6. Em sede de recurso repetitivo o Superior Tribunal de Justiça consagrou o entendimento de que o decreto de indisponibilidade de bens em ação civil pública por ato de improbidade administrativa constitui tutela de evidência e dispensa a comprovação de dilapidação iminente ou efetiva do patrimônio do legitimado passivo, uma vez que o periculum in mora está implícito no art. 7º da Lei nº 8.429/1992 (REsp 1.366.721/BA). 7. **Nessa contexto, e considerando que os atos de corrupção são, em regra, mais gravosos que determinados atos de improbidade administrativa, como por exemplo, aqueles que atentem contra princípios, sem lesão ao erário ou enriquecimento ilícito, torna-se ainda mais justificada a adoção de providências cautelares como forma de assegurar o resultado útil do processo, garantindo a liquidez patrimonial do(s) acusado(s) para futura execução da sentença condenatória de ressarcimento de danos ou de restituição dos bens e valores havidos ilicitamente por atos de corrupção.** 8. Considerando que as provas existentes levam à conclusão pela probabilidade do direito pleiteado pelo Ministério Público Federal, e tendo em vista, ainda, a responsabilidade solidária dos réus (artigo 4º, §2º, da LAC), resta configurada a necessidade de acautelamento de tantos bens quantos forem suficientes para fazer frente à execução em caso de procedência da ação civil pública. 9. Tendo em vista que o MPF busca a responsabilização administrativa e judicial dos réus, com a condenação às penas cominadas nos artigos 6º, 19, inciso I, III e IV da Lei nº 12.846/2013, o montante fixado sobre o valor do dano causado pelos réus é, neste momento processual razoável e proporcional como forma de garantir a eventual reparação integral a que os réus restarem condenados. 10. Agravo improvido. (TRF4, AG 5053311-65.2020.4.04.0000, TERCEIRA TURMA, Relatora VÂNIA HACK DE ALMEIDA, juntado aos autos em 29/04/2021 – grifou-se)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA DE RESPONSABILIZAÇÃO OBJETIVA PELA PRÁTICA DE ATOS CONTRA A ADMINISTRAÇÃO. LEI DE ANTICORRUPÇÃO EMPRESARIAL. MEDIDA CAUTELAR DE INDISPONIBILIDADE DE BENS. PRESENÇA DO "FUMUS BONI IURIS" E DO "PERICULUM IN MORA". DECRETAÇÃO. POSSIBILIDADE. RECURSO PROVIDO. - Hipótese em

que o Inquérito Policial e a denúncia criminal que acompanham a inicial revelam fortes indícios de que a empresa agravada foi utilizada para viabilizar a concessão de vantagem ilícita no valor de R\$56.000,00 (cinquenta e seis mil reais) a agente estatal, para que este, supostamente, influísse em julgamento judicial. - **O "periculum in mora", no caso, é presumido, haja vista que o modo de atuação da operação criminosa envolvendo a agravada, revela que seus sócios possuem experiência e capacidade técnica para a ocultação de patrimônios, como se extrai dos elementos probatórios anexados aos autos - Nesse passo justifica-se a decretação da indisponibilidade dos bens da agravada em benefício da sociedade, prescindindo da demonstração concreta da ocorrência de dilapidação de patrimônio, como já decidido pelo c. STJ, em caso envolvendo a Lei nº 12.846 /13 - Noutro norte, a decretação liminar da indisponibilidade não é condicionada à individualização dos bens, devendo recair sobre tantos bens quantos forem suficientes para assegurar as consequências financeiras da conduta em questão, conforme precedentes daquela Corte Superior. - Finalmente, cumpre mencionar que tal medida acarreta a inalienabilidade dos bens da agente supostamente ímproba, mas não o desapossamento desses bens, que permanecem, evidentemente, em poder da ré. - **Daí concluir-se ser a indisponibilidade de bens medida acautelatória plenamente reversível, justificando, neste momento inicial, a prevalência do princípio do "in dubio pro societate", como forma de assegurar maior proteção ao interesse público em virtude da existência de indícios da prática de ato de corrupção empresarial, voltada ao acobertamento de atividades ilícitas praticadas por autoridade policial (agente público). - Recurso a que se dá provimento.** (TJ-MG - AI: 10000205615479001 MG, Relator: Wander Marotta, Data de Julgamento: 25/02/2021, Câmaras Cíveis / 5ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 25/02/2021 – grifou-se)**

A liminar determinando o bloqueio dos bens conforme ora postulado é, portanto, totalmente adequada, necessária e útil para a garantia do patrimônio público, do seguinte modo:

- **EDITORA N.X.T CHALLENGER LTDA no valor mínimo de R\$ 52.489,16 (cinquenta e dois mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e dezesseis centavos);**

A fim de garantir eficácia à medida de perdimento de bens no caso da futura condenação, sanções previstas no inciso I do art. 6º, e no inciso I do art. 19, ambos da Lei Anticorrupção.

Não obstante, importante destacar que nos autos da ação penal n. 5019027-44.2024.8.24.0018, foi deferido o pedido de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão aos réus, determinando o sequestro de valores depositados em contas bancárias e a suspensão parcial da atividade econômica

dos denunciados. Portanto, há fundados indícios de ocorrência das fraudes perpetradas pelas empresas requeridas.

Por derradeiro, ressalte-se que **a concessão da medida liminar se torna imperiosa antes mesmo de serem as requeridas intimadas para a apresentação de defesa preliminar**, pois se evitará, dessa forma, a dissipação dos bens, o que provavelmente ocorrerá assim que os requeridos tomem conhecimento da ação, se não for proferida desde já a liminar de indisponibilidade

11. DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto e com o único objetivo de resguardar a moralidade administrativa, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA** requer:

a) *inaudita altera pars*, na forma dos art. 12 da Lei n. 7.347/85, art. 300 do Código de Processo Civil e art. 19, §4º da Lei n. 12.846/13, seja determinada a **decretação da indisponibilidade dos bens** da requerida (utilizando-se, para tanto, dos recursos fornecidos pelos sistemas SISBAJUD e RENAJUD):

a.1) EDITORA N.X.T CHALLENGER LTDA no valor mínimo de **R\$ 52.489,16 (cinquenta e dois mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e dezesseis centavos)**;

a.2) e a interdição parcial das atividades das requeridas **EDITORA N.X.T CHALLENGER LTDA, EDITORA PROJETO CULTURAL LTDA, LIBRINKE DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS DIDÁTICOS LTDA. E GRUPO PROJETOS EDITORIAIS UNIVERSITÁRIOS LTDA. – GPE.**, proibindo-as de participar de licitações, firmar novos contratos públicos ou prestarem qualquer serviço que tenha reflexo em alguma atividade ou serviço público;

b) a autuação da inicial com os documentos que a acompanham,

notadamente o Inquérito Civil n. 06.2021.00001495-0, e o processamento pelo rito previsto no art. 318 do Código de Processo Civil, art. 20, *caput*, da Lei Anticorrupção e art. 19 da Lei 4.374/1985;

c) e citação das requeridas **EDITORA N.X.T CHALLENGER LTDA, EDITORA PROJETO CULTURAL LTDA, LIBRINKE DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS DIDÁTICOS LTDA E GRUPO PROJETOS EDITORIAIS UNIVERSITÁRIOS LTDA. – GPE.** para, querendo, contestarem o feito, sob pena de serem reputados verdadeiros os fatos afirmados na petição inicial, com base art. 335 do Código de Processo Civil;

d) a notificação do Município de Passos Maia, por intermédio de seu Procurador ou do Prefeito Municipal (art. 75, inc. III, CPC), para que, querendo, venha a integrar a relação processual, conforme lhe faculta o art. 5º, §2º da Lei n. 7.347/85 e art. 6º, §3º da Lei n. 4.717/65;

e) a produção de todos os meios de prova admitidos em direito, mormente a documental, depoimentos pessoais, periciais, testemunhais e juntadas de outros documentos que porventura vierem a surgir (art. 369 e seguintes do Código de Processo Civil);

f) sejam ao final julgados **procedentes** os pedidos da presente Ação Civil Pública, a fim de :

f.1) CONDENAR a requerida EDITORA N.X.T CHALLENGER LTDA a ressarcir os danos causados ao erário, no valor de **R\$ 17.988,00 (dezessete mil novecentos e oitenta e oito)**, o qual deverá ser devidamente corrigido monetariamente e com juros de 1% ao mês, desde o evento danoso (11/2016) a serem devolvidos à pessoa jurídica lesada, no caso o Município de Passos Maia, nos termos do art. 37, §5º da Constituição Federal e art. 21, par. único da Lei n. 12.846/13;

f.2) CONDENAR as requeridas Editora N.X.T Challenger Ltda, Editora Projeto Cultural Ltda, Librinke Distribuidora

de Materiais Didáticos Ltda. e Grupo Projetos Editoriais Universitários Ltda. – GPE. pela prática de atos de corrupção previstos no art. 5º, inciso IV, alíneas "a" e "d", da Lei n. 12.846/2013, aplicando-lhes as sanções previstas nos artigos 6º, inciso I, e 19, inciso I, II e IV, na forma de gradação dos §§1º a 5º do art. 6º, art. 7º e §3º do art. 19, todos da Lei Anticorrupção (Lei 12.846/13);

f.3) sejam CONDENADAS as requeridas **Editora N.X.T Challenger Ltda, Editora Projeto Cultural Ltda, Librinke Distribuidora de Materiais Didáticos Ltda. e Grupo Projetos Editoriais Universitários Ltda. – GPE.** a proibição de contratar com o Poder Público pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos, porque, embora não haja expressa previsão legal, essa medida pode ser tomada com base no poder geral de cautela do Magistrado, notadamente por conta dos graves indícios da prática de atos ímprobos com intenção de fraudar o processo licitatório;

g) diante da necessidade de quebra de sigilo para a obtenção da informação de qual foi o faturamento bruto do último exercício anterior ao da instrução do processo administrativo, requer que seja determinada a quebra de sigilo, por esse juízo, a fim de aplicar à(s) Ré(s) a sanção disposta no artigo 6º, inc. I, da Lei n. 12.846/13, devendo-se expedir ofício à Receita Federal para que encaminhe a cópia da declaração do imposto de renda da(s) ré(s) do ano de 2020, pois a sanção é estabelecida a partir do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do procedimento (2021);

h) a condenação das empresas requeridas ao pagamento das custas e despesas processuais;

i) julgados procedentes os pedidos, seja comunicado o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), conforme dispõe o art. 22 da Lei n. 12.846/13.

Dá-se à causa o valor de **R\$ 52.489,16 (cinquenta e dois mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e dezesseis centavos)**, nos termos do art. 292 do Código de Processo Civil.

Xanxerê, 4 de fevereiro de 2025.

[assinatura digital]

MARCOS AUGUSTO BRANDALISE

Promotor de Justiça



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Vara Única da Comarca de Ponte Serrada

Rua três de maio, 460 - Bairro: Centro - CEP: 89683-000 - Fone: (49)3700--9512 - Email: ponteserrada.unica@tjsc.jus.br

AÇÃO CIVIL PÚBLICA CÍVEL Nº 5000222-07.2025.8.24.0051/SC

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

RÉU: EDITORA N.X.T. CHALLENGER LTDA

RÉU: PROJETO CULTURAL LTDA

RÉU: LIBRINKE DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS DIDÁTICOS EIRELI

RÉU: GRUPO PROJETOS EDITORIAIS UNIVERSITÁRIOS LTDA

DESPACHO/DECISÃO

1. Trata-se de ação civil pública movida pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA contra a EDITORA N.X.T. CHALLENGER LTDA, PROJETO CULTURAL LTDA, LIBRINKE DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS DIDÁTICOS EIRELI e GRUPO PROJETOS EDITORIAIS UNIVERSITÁRIOS LTDA.

Segundo a petição inicial, entre o dia 21 de outubro e o dia 14 de dezembro de 2016, no município de Passos Maia, as empresas requeridas, por meio de seus sócios e/ou procuradores, Nasser Jorge Nunes Cabral, César Henrique de Oliveira, Antonio Jorge Arriera da Silva e Paloma da Silva Freitas frustraram, mediante prévio ajuste e outros expedientes, o caráter competitivo do Procedimento Licitatório n. 70/2016 - Pregão Presencial n. 41/2016, sobretudo ao promoverem a inclusão, no Edital, mediante atos materiais praticados por servidor público municipal, de cláusulas limitadoras de competitividade com o intuito de obter vantagem decorrente da adjudicação do objeto licitado às pessoas jurídicas por Nasser e César escolhidas, *in casu*, a Projeto Cultural e a Editora N.X.T.

Em razão de tais condutas, afirma o *parquet* que o valor do prejuízo causado ao erário, devidamente atualizado monetariamente, desde o evento danoso (novembro de 2016) até o momento, pelo INPC, com juros de 1% ao mês, totaliza o valor de R\$ 52.489,16 (cinquenta e dois mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e dezesseis centavos).

Pede, liminarmente, a decretação da indisponibilidade dos bens da requerida EDITORA N.X.T CHALLENGER LTDA. no valor mínimo de R\$ 52.489,16 (cinquenta e dois mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e dezesseis centavos). Ainda, requer a interdição parcial das atividades das requeridas EDITORA N.X.T CHALLENGER LTDA, EDITORA PROJETO CULTURAL LTDA, LIBRINKE DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS DIDÁTICOS LTDA. E GRUPO PROJETOS EDITORIAIS UNIVERSITÁRIOS LTDA. – GPE., proibindo-as de participar de licitações, firmar novos contratos públicos ou prestarem qualquer serviço que tenha reflexo em alguma atividade ou serviço público.

É o relatório. **Decido.**

2. Nos termos do art. 300 do CPC/2015, a concessão da tutela provisória de urgência depende da configuração simultânea dos seguintes requisitos: i) a probabilidade do direito invocado; ii) o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo; e iii) a reversibilidade dos efeitos da decisão.

Quanto ao último requisito, destaque-se o Enunciado 40 da I Jornada de Direito Processual Civil, segundo o qual "*A irreversibilidade dos efeitos da tutela de urgência não impede sua concessão, em se tratando de direito provável, cuja lesão seja irreversível*".

Deste modo, a ausência de um dos requisitos é suficiente para obstar a concessão da liminar pleiteada.

Tecidas tais considerações, entendo que a tutela requerida merece parcial deferimento.

Com efeito, a extensa documentação que acompanha a peça de ingresso dá conta acerca da probabilidade do direito, na medida em que, em uma análise preliminar, há indícios mínimos a respeito das práticas ilícitas narradas pelo Ministério Público.

A própria denúncia oferecida no âmbito criminal contra os sócios das empresas é indicativo de que, ao menos, há verossimilhança nas alegações ministeriais (evento 1, DENUNCIA283, evento 1, DENUNCIA284, evento 1, DENUNCIA285, evento 1, DENUNCIA286 e evento 1, DENUNCIA287).

Além disso, conforme documento de evento 1, OUT316:

Verifica-se dos documentos encaminhados que, em conjunto com o GEAC, a 10ª Promotoria de Justiça de Chapecó ajuizou a ação penal n. 5019027-44.2024.8.24.0018, em face de representantes das empresas envolvidas em fraudes licitatórias e de servidores públicos, de diversos municípios da região. Referida denúncia englobou fatos envolvendo os Municípios de



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Vara Única da Comarca de Ponte Serrada

Faxinal dos Guedes, Xanxerê, Vargeão e Passos Maia, que pertencem a esta Promotoria Regional da Moralidade Administrativa, que possui Inquéritos Cíveis instaurados para investigação dos mesmos fatos.

Observa-se da denúncia e da cópia dos procedimentos que foram encaminhados, que os denunciados Nasser Jorge Nunes Cabral, César Henrique de Oliveira, Antonio Jorge Arriera da Silva e Paloma da Silva Freitas arquitetaram um esquema com o intuito de sagrarem-se vencedores do Processo Licitatório n. 70/2016, Pregão Presencial n. 41/2016 voltado à aquisição de livros para a área da educação, assim fraudando a concorrência do processo licitatório.

Os denunciados confeccionaram os orçamentos prévios para a Prefeitura Municipal de Passos Maia utilizando três das empresas que fazem parte do esquema fraudulento, quais sejam, a Librinke Distribuidora de Materiais Didáticos Ltda, a Grupo Projetos Editoriais Universitários e a Clássica Cultural Comércio de Livros Ltda, sendo que o intuito de tais orçamentos era induzir, erroneamente, o poder público a acreditar que seria possível a concorrência, bem como definir o valor de referência do edital licitatório.

Portanto, está presente a probabilidade do direito.

Por outro lado, no que tange ao *periculum in mora*, sua presença se restringe ao pedido de interdição parcial das atividades das requeridas.

Isso porque, conforme se vê das peças acostadas, inclusive da denúncia (evento 1, DENUNCIA283, evento 1, DENUNCIA284, evento 1, DENUNCIA285, evento 1, DENUNCIA286 e evento 1, DENUNCIA287), as demandadas atuam em diversos procedimentos licitatórios em todo o Estado de Santa Catarina.

E diante do relatório de evento 1, PROMOÇÃO290, que indica a ligação entre os envolvidos, bem como tendo em vista que as empresas continuam em funcionamento, há o risco concreto de que elas, caso sigam participando de certames licitatórios, pratiquem novos atos, tais como aqueles já narrados pelo Ministério Público.

Logo, diante da necessidade de resguardo da moralidade pública, bem como para fins de se preservar o erário, é caso de deferimento da tutela.

Todavia, diante do princípio da continuidade do serviço público, a liminar não se estenderá àqueles contratos já em execução, limitando-se a contratações futuras.

Lado outro, não há que se falar na determinação de indisponibilidade de bens.

De conformidade com o art. 16, § 4º, da Lei 8.429/92 - que faz parte do microsistema de tutela coletiva - a "indisponibilidade de bens poderá ser decretada sem a oitiva prévia do réu, sempre que o contraditório prévio puder comprovadamente frustrar a efetividade da medida ou houver outras circunstâncias que recomendem a proteção liminar, não podendo a urgência ser presumida" (grifei).

E, no caso em análise, não foi indicada pelo Ministério Público nenhuma circunstância que demonstre que a parte ré esteja se desfazendo dos seus bens, de modo a frustrar futura execução judicial.

Portanto, ausente o risco ao resultado útil em relação ao ponto analisado.

Isso posto, **DEFIRO PARCIALMENTE** a tutela antecipada requerida pelo Ministério Público para interditar parcialmente as atividades das requeridas EDITORA N.X.T CHALLENGER LTDA, EDITORA PROJETO CULTURAL LTDA, LIBRINKE DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS DIDÁTICOS LTDA. E GRUPO PROJETOS EDITORIAIS UNIVERSITÁRIOS LTDA. – GPE., proibindo-as de participar de licitações, firmar novos contratos públicos ou prestarem qualquer serviço que tenha reflexo em alguma atividade ou serviço público, ressalvadas as contratações cuja execução já esteja em curso.

Comunique-se a presente decisão ao Estado de Santa Catarina para inserir a proibição no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).

3. A petição inicial preenche os seus requisitos essenciais (arts. 319 e 230, CPC) e não se trata de caso de improcedência liminar do pedido.

4. Tratando-se de direito que não admite autocomposição (art. 334, §4º, II, do CPC), deixo de designar audiência de conciliação.

Citem-se os réus para apresentarem contestação, em 15 dias, sob pena de revelia.

Ademais, notifique-se o Município de Passos Maia para que, querendo, ingresse no feito.

5. Apresentada a defesa, dê-se vista à parte contrária para impugnação, em 15 dias.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Vara Única da Comarca de Ponte Serrada

6. Após, intímem-se as partes para especificarem as provas que pretendem produzir, no prazo comum de 15 dias.

Caso deseje produzir prova testemunhal, deverá a parte, juntamente com a especificação de provas, apresentar o respectivo rol de testemunhas, sob pena de preclusão.

Além disso, caso postulem pela produção de prova pericial, deverão ser apresentados os quesitos que desejam serem respondidos, de modo a se avaliar a pertinência da prova técnica, também sob pena de preclusão.

Frise-se que o Superior Tribunal de Justiça "já firmou entendimento de que preclui o direito a prova se a parte, intimada para especificar as que pretendia produzir, não se manifesta oportunamente, e a preclusão ocorre mesmo que haja pedido de produção de provas na inicial ou na contestação, mas a parte silencia na fase de especificação" (STJ. AgRg no AREsp 645.985/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/06/2016, DJe de 22/06/2016).

7. Tudo cumprido, retornem conclusos para decisão de saneamento ou julgamento do feito, conforme cada caso.

8. Na hipótese de ausência de localização do requerido/réu, desde já **AUTORIZO** o Sr. Chefe de Cartório a diligenciar junto aos sistemas informatizados conveniados ao TJSC para localizar eventuais endereços da parte executada, inclusive por meio da ferramenta disposta na Circular 128/2021, ou a expedição de alvará para que a parte promova a pesquisa de endereços, caso requerido.

9. Por fim, autorizo a quebra de sigilo das demandadas, para fins de obtenção da cópia da declaração do imposto de renda das rés do ano de 2020, pois a sanção é estabelecida a partir do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do procedimento (2021).

Para tanto, AUTORIZO a utilização do sistema INFOJUD para consulta das referidas declarações.

Expeça-se o necessário para o cumprimento da determinação, observando o determinado no Apêndice VI do CNCGJ, inclusive o contido no art. 5º, a fim de preservar o sigilo fiscal da ré em relação a terceiros.

Documento eletrônico assinado por **TULIO AUGUSTO GERALDO PARREIRAS, Juiz de Direito**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc1g.tjsc.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, mediante o preenchimento do código verificador **310071458516v12** e do código CRC **f615e7b9**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): TULIO AUGUSTO GERALDO PARREIRAS
Data e Hora: 08/02/2025, às 07:55:24

5000222-07.2025.8.24.0051

310071458516.V12



Of.PROCONT/PGE n. 007914/2025/2025.01.012858.

Florianópolis, 19 de fevereiro de 2025.

PROCESSO: 5000222-07.2025.8.24.0051

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Senhor(a) Consultor(a) Jurídico(a),

Cumprimentando-o(a) cordialmente, por determinação da Procuradora do Estado **Vanessa Valentini**, informo a decisão proferida no processo judicial acima numerado, que consta à pp. 41-43 dos autos internos, na qual foi decidido o seguinte, em especial:

[...] **DEFIRO PARCIALMENTE** a tutela antecipada requerida pelo Ministério Público para interditar parcialmente as atividades das requeridas EDITORA N.X.T CHALLENGER LTDA, EDITORA PROJETO CULTURAL LTDA, LIBRINKE DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS DIDÁTICOS LTDA. E GRUPO PROJETOS EDITORIAIS UNIVERSITÁRIOS LTDA. – GPE., proibindo-as de participar de licitações, firmar novos contratos públicos ou prestarem qualquer serviço que tenha reflexo em alguma atividade ou serviço público, ressalvadas as contratações cuja execução já esteja em curso.

A decisão determinou, ademais, a intimação do Estado de Santa Catarina para: "**inserir a proibição no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)**" (grifou-se).

Diante disso, venho solicitar, com fundamento no art. 69, VI c/c art. 70, §§ 1º e 2º, da Lei Complementar Estadual n. 317/2005, o cumprimento da decisão judicial.

Por fim, caso a atribuição para o cumprimento da decisão judicial acima seja de outra pasta, solicito seja o presente expediente tramitado diretamente para o órgão/setor competente.

Na oportunidade, reitero protestos de estima e consideração.

Respeitosamente,

Vivian Hoffmann Pires

Residente Jurídica

Ilustríssimo(a) Senhor(a)

Consultor(a) Jurídico(a)

Secretaria de Estado da Administração

Enviado pelo PGE.Net